



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 24 DE 30-04-2025

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 30 DE ABRIL DE 2025

Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, Auditório do Centro Cultural Raiano, em Idanha-a-Nova, reuniu pelas nove horas e trinta minutos, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova, conforme convocatória do dia doze de abril, presidida, pelo senhor António Sousa Lisboa, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, com a seguinte ordem de trabalhos:

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

A preencher nos termos do regimento

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. – Informação sobre a situação financeira e sobre a atividade do Município;
2. – Proposta de 2.ª alteração ao Mapa de Necessidades de Pessoal para o ano de 2025;
3. – Proposta de Regulamento da Estrutura e Organização dos Serviços do Município de Idanha-a-Nova;
4. – Proposta de Concurso Público para a Reabilitação de Imóvel sito na Rua 1.º de Dezembro (contíguo à Junta de Freguesia) em Idanha-a-Nova – habitação a custos acessíveis – Autorização Prévia para Assunção de Compromissos Plurianuais, para o Provimento em apreço;
5. - Proposta de Concurso Público para a Reabilitação de Imóvel sito na Rua do Pombal, em Idanha-a-Nova – habitação a custos acessíveis – Autorização Prévia para Assunção de Compromissos Plurianuais, para o Provimento em apreço;
6. – Projeto de Regulamento de Concessão de Benefícios Públicos do Município de Idanha-a-Nova;
7. – Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Respeito pelo Estatuto do Direito de Oposição do Município de Idanha-a-Nova, ano de 2024 – para conhecimento;
8. – Prestação de contas do exercício de 2024.

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia mandou proceder à chamada dos senhores deputados, tendo-se verificado a ausência da senhora Carla Alexandra de Mendonça Galveia, substituída pelo senhor Américo dos Santos André, do senhor João Luís Marques Rego Gerales, e do senhor Ricardo António Matos Rodrigues, Presidente da União de Freguesias de Monfortinho e Salvaterra do Extremo, substituído pelo senhor António Joaquim dos Santos Carreiro.

As ausências encontram-se justificadas.

Verificada a existência de quórum, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia, deu por aberta a sessão tendo de seguida dado início à discussão dos assuntos inseridos no

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.

O senhor Presidente da Mesa informou que se iria proceder à votação da ata da sessão realizada no dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, pelo que solicitou aos senhores deputados se havia alguma alteração, ou objeção, a fazer à mesma, dado que foi enviada, a todos os senhores deputados, uma versão provisória da mesma.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 24 DE 30-04-2025

Não havendo qualquer pedido de alteração, o senhor Presidente da Mesa submeteu a votação a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, tendo sido a mesma aprovada por UNANIMIDADE.

Terminada a votação da ata, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou da correspondência recebida,

Seguidamente o senhor Presidente da Mesa informou que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra.

Terminado o mesmo, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Hugo Rego que disse *“amanhã comemora-se o 1.º de maio, dia do trabalhador. Aproveito este momento para deixar uma palavra de reconhecimento a todos os trabalhadores do concelho de Idanha-a-Nova, em especial aos que prestam serviço na Câmara Municipal, nas Juntas de Freguesia e nos demais organismos públicos. São estas pessoas que com esforço, resiliência e profissionalismo, asseguram diariamente o funcionamento dos serviços essenciais à nossa população. Desde a limpeza urbana, manutenção dos espaços públicos, até ao atendimento social, administrativo e técnico. É justo por isso que o seu papel seja reconhecido e valorizado. Mas valorização não deve ser apenas uma palavra decorativa em documentos orçamentais. Valorização exige políticas claras, medidas concretas e compromisso com as pessoas que fazem a máquina pública funcionar.*

Senhor presidente da Câmara, este é o tempo para reforçarmos uma cultura de exigência com justiça, de reconhecimento com responsabilidade. Investir nas pessoas que servem a comunidade, investir também no futuro do concelho”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Paulo Baptista que disse *“tivemos a celebração do 25 de Abril, e querendo falar só no âmbito das celebrações, efetivamente nós celebramos o 25 de Abril, não celebramos o dia 1 de maio, mas parece-me que ainda não será desta que poderemos celebrar o dia 25 de novembro, que faz este ano 50 anos. Dada a importância que assume para os partidos do arco da governação, foi essa data que permitiu que hoje pudéssemos viver fazendo uso da liberdade em democracia. É de bom tom não esquecer que teve a importância que teve e não devemos esquecer-nos dessa data e devemos também celebrá-la com elevação, como fazemos com as restantes datas.”*

De seguida, o senhor Presidente da >Assembleia deu a palavra à senhora deputada Adalgisa Dias que disse *“Proponho com esta intervenção no período de antes da ordem do dia, que façamos uma retrospectiva pelos 12 anos de mandato do Senhor Presidente Armindo Jacinto. Foram 12 anos marcados por um compromisso profundo com o território e com as pessoas.*

Se há áreas onde esse compromisso foi particularmente visível, foi na Educação e na Cultura.

Começo pela Educação. Quando muitos davam como inevitável o encerramento de escolas nas aldeias e até sugeriram o encerramento de mais escolas para concentrar os alunos em dois ou três locais, o município lutou. Lutou, por exemplo, para não deixar cair a escola de Monsanto e pela reabertura do Jardim de Infância do Rosmaninhal enquanto escola pública. Lutou e continua a lutar...

Contra as previsões da Carta Educativa, que antecipava o decréscimo do número de alunos, Idanha respondeu com políticas concretas que contrariaram essa tendência. A rede de creches e berçários gratuitos, com transporte gratuito,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 24 DE 30-04-2025

foi um passo decisivo para tornar o concelho mais atrativo para famílias jovens e um fator decisivo para a sua fixação. Hoje, educar uma criança em Idanha é mais fácil, mais acessível e mais próximo.

Com Armindo Jacinto, o Município distinguiu-se como o maior investidor social do concelho, estabelecendo parcerias com instituições (nomeadamente o CMCD, a Santa Casa ou as IPSS) para as diferentes áreas sociais e muito em particular para a educação, cujos projetos educativos têm como finalidade proporcionar às famílias do concelho e às que querem fixar-se, uma resposta gratuita de qualidade e adequada às suas crianças. O investimento numa educação de qualidade nos primeiros anos de vida é um contributo decisivo para o sucesso escolar dos anos subsequentes, tanto na escola como na vida.

Foi também neste ciclo político que se garantiram refeições escolares gratuitas para todos os alunos do 1.º ciclo, apoio nos transportes escolares, entrega de material escolar gratuito e, no Ensino Superior, apoio às propinas, transporte e alojamento.

Estas medidas não são meras respostas sociais — são afirmações políticas de que a igualdade de oportunidades começa logo nos primeiros anos. Todos têm que ter as mesmas oportunidades, quer tenham a carteira pesada ou leve, quer vivam em Idanha ou na Torre, porque a educação é o melhor elevador social.

Ainda no domínio da igualdade de oportunidades, o Município fez apostas prioritárias:

- a aposta nas AEC's, diferenciadora nas áreas da música, do ambiente e sustentabilidade, das atividades lúdico-expressivas e da atividade física e desportiva, são um estímulo para a educação das crianças e refletem uma genuína sensibilidade na sua formação como cidadãos do futuro;

- o projeto musical PlusBand, que leva o ensino musical e instrumental a todas as crianças do 1.º Ciclo de concelho. Mais de 150 crianças estão a aprender música instrumental e 10 delas já integram a Banda Filarmónica. E que bonito foi vê-las tocar no passado dia 25 de abril!

- a aposta no Plano Intermunicipal de Promoção do Sucesso Escolar (PIPSE), dirigido especificamente para o Agrupamento de Escolas José Silvestre Ribeiro, tem proporcionado atividades de elevada qualidade pedagógica e cultural, potenciando a valorização da igualdade de oportunidades e o respeito pela diversidade e interculturalidade, através de medidas concretas para alcançar o sucesso escolar.

- a EPRIN, que entrou já na idade adulta, com 32 anos cumpridos, é um exemplo claro da importância do Ensino Profissional no desenvolvimento dos territórios do interior, promovendo oportunidades e fixando talento. A nossa escola profissional é efetivamente uma escola com tradição, mas não tradicional, que em julho de 2024 viu revalidada a atribuição do selo de qualidade "EQAVET"(European Quality Assurance in Vocational Education and Training). Certificação que atesta a excelência do trabalho desenvolvido, cuja prova é o aumento constante do número de alunos, nomeadamente de proveniência local e regional.

Falemos, também, da ESGIN – Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova, cuja autonomia esteve em risco. A sua manutenção no concelho e reforço do seu papel no Ensino Superior foi uma vitória notável essencial para manter jovens no território e para afirmar Idanha como polo do saber e da inovação. A ESGIN não só viu a sua posição reforçada como tem aumentado o número de alunos.

Importa também destacar um projeto profundamente humano e inspirador: a Universidade Sénior de Idanha-a-Nova, que assinala agora 10 anos de atividade e conta com 15 polos em funcionamento. É todo um território de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 24 DE 30-04-2025

aprendizagem, de partilha, de envelhecimento ativo e de combate à solidão. Porque envelhecer em Idanha não significa ficar para trás — significa continuar a aprender, a participar e a construir comunidade.

Passemos à cultura. A política cultural seguida nos últimos anos (12) vai ao encontro daquilo que acreditamos ser a democratização da cultura, procurando desenvolver uma gestão cultural partilhada pelos cidadãos e pelos agentes culturais do concelho, fomentando também a diversidade. Diversidade de conteúdos quer ao nível formal quer ao nível estético, apoiando o trabalho dos agentes culturais locais, nacionais e internacionais, procurando também trazer ao território o que se faz de melhor e dando a conhecer Idanha a uma escala global.

A conjuntura financeira nacional impôs, e continua a impor, às autarquias um duplo papel, de promotoras e consumidoras de cultura. A Câmara Municipal é responsável na conceção, criação, produção e exibição para consumo de produtos culturais, no âmbito do cinema, do teatro, da música, da dança e das artes plásticas.... Sempre de acesso gratuito. Promovendo nomes consagrados ao mesmo tempo que dá oportunidade a novos talentos.

Não é segredo para ninguém o apoio que Idanha dá à edição. Temas e autores locais, e não só, somam dezenas de títulos, mas a revista Cultural Adufe, que existe desde 2002, merece destaque por ser uma publicação de referência e a de maior tiragem. Tem o propósito claro de divulgar e promover a cultura e o património material e imaterial de Idanha-a-Nova. É uma revista de inclusão, no limite do conflito entre uma ruralidade mítica e o que é realmente viver no campo nos dias de hoje.

O Projeto 3 Culturas e o Projeto Oralidades, foram pioneiros do Programa Europeu da Cultura entre 2007-2013, onde a tradição oral (música, contos populares, cancioneros, romanceiros e histórias de vida) uniu os Municípios de Évora, Idanha-a-Nova e Mértola (Portugal), Ourense (Espanha), Ravenna (Itália), Birgu (Malta) e Sliven (Bulgária).

A partir daí foi sempre a crescer em qualidade:

- Nasceu o Festival Internacional de Música Antiga “Fora do Lugar”, que desde 2012 tem como principal objetivo desenvolver o diálogo da arte e da cultura com o património e as tradições;

- O CIMA – Cursos Internacionais de Músicas Antigas, que desde 2012 traz a Idanha alguns dos maiores especialistas europeus na área de música antiga [e trouxe o maestro João Paulo Janeiro, e família, que fez de São Miguel de Acha a sua residência fixa].

A vastidão do nosso território e dos seus inúmeros locais de interesse histórico-cultural são exigentes ao nível da preservação, sejam eles materiais ou imateriais. O património tem vindo a ser alvo de projetos de salvaguarda e valorização, coordenados pelo Centro Cultural Raiano, centro de referência disciplinar, técnica e funcional da rede museológica municipal. São exemplo as Aldeias Históricas de Idanha-a-Velha e Monsanto, o Núcleo do Azeite - Complexo de Lagares de Proença-a-Velha, o Centro de Interpretação da Biodiversidade, na freguesia de Segura, e outros projetos, como por exemplo a Casa-Museu Padre João Pires de Campos, em Penha Garcia, e os Mistérios da Páscoa, por todo o concelho, que refletem o esforço municipal na promoção e desenvolvimento integrados, numa relação equilibrada entre a tradição e a modernidade.

A classificação atribuída pela UNESCO a 11 de dezembro de 2015 a Idanha-a-Nova, incluindo-a na Rede das Cidades Criativas no tema Música, significou o reconhecimento internacional do nosso património cultural e da vivência singular e única que a música proporciona.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 24 DE 30-04-2025

A partir daí, vimos nascer a OSF – Orquestra Sem Fronteiras, que apoia e fixa o talento jovem no interior do país, combatendo o abandono do ensino da música, premiando o mérito académico e promovendo a participação cultural em territórios de baixa densidade.

Mas, não falemos apenas de grande escala na área da música, o Município tem apoiado de forma incondicional e constante todos os grupos musicais do concelho, e outras instituições, como é o caso da Banda Filarmónica Idanhense e a “Casinha da Música”.

Na investigação científica, o Município de Idanha foi também pioneiro ao celebrar pela primeira vez, a nível nacional, um protocolo de colaboração que uniu duas instituições de ensino universitário (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa) em torno do projeto IGAEDIS. Mérito esse reconhecido pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) e pelo Programa Europa Criativa (UE), ao terem selecionado este projeto para financiamento.

As instituições de ensino locais e regionais foram, em todos estes anos, parceiros preferenciais, em especial a UBI e o IPCB, e todos os seus polos, das Artes à Tecnologia, da Saúde à Gestão.

Em 2021, o Centro Cultural Raiano viu o seu auditório ser o primeiro de toda a Beira Interior a integrar a lista de auditórios certificados pela RTCP (Rede de Teatro e Cineteatros Portugueses) e em 2022 assinou um protocolo com a DGArtes que tem garantido o financiamento de uma programação de elevadíssimo nível.

O Centro Cultural Raiano integrou, ainda, a Rede Portuguesa de Arte Contemporânea, cujo objetivo é a promoção da responsabilidade social, cultural e artística, através da aproximação dos cidadãos à arte, na formação das equipas, na multidisciplinariedade, na multiculturalidade e nas acessibilidades.

Os últimos 12 anos têm sido uma trajetória imensa de experiências, aprendizagens e realizações. Muito se tem produzido de conhecimento sobre o território e para o território, com trabalho em rede em diferentes áreas e com diversas instituições (redes locais, regionais, nacionais e internacional).

Tudo isto traduz, também, um grande investimento. Um investimento em pessoas, técnicos altamente qualificados e especializados. Só assim seria possível executar trabalhos técnicos nas mais diferentes áreas e manter uma programação cultural consistente e de elevada qualidade.

Segundo a UNESCO, a cultura é quem nós somos e o que molda a nossa sociedade. Colocar a cultura e a educação no coração das políticas de desenvolvimento é a única forma de garantir um desenvolvimento centrado no ser humano, inclusivo e equitativo.

Estes investimentos não foram isolados. Fizeram parte de uma visão maior — uma estratégia de sustentabilidade e coesão, que se expressa também no combate ao isolamento, na valorização do património, no turismo sustentável e na economia verde. Idanha deixou de ser apenas uma “terra do interior”, tornou-se um modelo de desenvolvimento territorial inovador, sendo exatamente assim que é referido no Atlas Artístico e Cultural de Portugal (2024).

A liderança do Presidente Armindo Jacinto foi, durante estes 12 anos, uma liderança feita com proximidade, com teimosia quando foi preciso, e com a coragem de não seguir pelo caminho mais fácil.

Hoje, fazemos mais do que um balanço: fazemos um agradecimento.

Por ter mantido vivas as escolas, por ter defendido os jovens e as famílias, por ter colocado o território acima das conveniências. Por ter mostrado que governar o interior é mais do que gerir carências — é afirmar potencial.

Olhamos para trás com orgulho e para a frente com esperança!



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 24 DE 30-04-2025

Terminada a intervenção da senhora deputada, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Cristina Gerales, Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel D'Acha que disse *"permitam-me iniciar esta minha intervenção abordando uma área, importantíssima não só para o nosso concelho, mas para todo o país, refiro-me à saúde.*

Quando falamos de saúde falamos do sistema nacional de saúde, falamos de um setor determinante para população de qualquer região, sendo um dos pilares básicos da sustentabilidade da vida humana.

A saúde em Portugal, como é de conhecimento geral é organizada principalmente através do Serviço Nacional de Saúde (SNS), que tem como objetivo oferecer cuidados médicos a todos os cidadãos residentes, criado em 1979, é um sistema financiado pelo governo.

Recentemente em janeiro de 2024, foi realizada uma reforma do mesmo, que criou 31 novas Unidades Locais de Saúde (ULS), para melhorar a capacidade de resposta às necessidades sentidas, em Abril de 2024, já com o XXIV governo de Portugal, que se encontra demissionário, todos ouvimos que o problema da saúde seria resolvido em sessenta dias, o que se constata é que já passaram mais de 360 dias e a oferta em nada melhorou piorando a cada dia, onde temos uma ULS, que nos responde frequentemente, que não tem médicos, levando como consequência ao fecho temporário e por vezes definitivo de serviços e à falta de médicos, sentindo-se ainda mais esta realidade, na franja "Este" do país, nomeadamente nos distritos com menor população, onde por incrível, este governo se esqueceu, vejam lá!, de abrir um concurso para médicos, para o distrito de Castelo Branco, ao contrário, de todos os outros, acentuando desta forma mais este problema.

Mas por outro lado, também reconhecemos que este, não é um problema de agora, mas que se adensou e muito nestes últimos meses, e o que reprovamos, Srs. deputados são as ilusões criadas, com prazos inexequíveis, para resolução de um problema nacional e estratégico para todos os cidadãos residentes.

Como é obvio o nosso concelho também tem sido afetado nos últimos anos deste mesmo problema e aqui, SR. Presidente deixe-me que lhe diga o excelente trabalho realizado quer pelo Sr., quer pelos seus executivos, na procura de implementar soluções de apoio à população do nosso concelho, permitindo assim, uma oferta de saúde aos nossos munícipes.

Assim, recorro o que tem sido realizado nestes últimos doze anos, em que a saúde, tem sido uma das pedras basilares da ação governativa do Sr. Presidente.

Este compromisso, assumido desde o primeiro dia, traduziu-se numa estratégia clara e contínua de aproximação dos cuidados de saúde às pessoas, colocando sempre o bem-estar da nossa comunidade no centro da ação pública.

É impossível não falar do legado destes 12 anos sem destacar o Cartão Raiano Saúde 0-114, um verdadeiro marco inovador na política social do concelho, mas mais ainda, um ato pioneiro no nosso país.

A título de exemplo, e referindo-nos só aos últimos 4 anos, ou seja, desde 2021, esta estratégia, permitiu a realização de mais de 34 mil consultas de enfermagem e medicina geral, 191 consultas de especialidade com transporte assegurado e a monitorização regular de indicadores de saúde essenciais. Para um território do interior, com os desafios que todos conhecemos, estes números não são apenas estatísticas, são vidas cuidadas, são distâncias encurtadas entre os cidadãos e o direito à saúde, são a diferença entre o ter cuidados de saúde e não ter.

Mas, srs. deputados, deixem que vos recorde, que o apoio não se ficou por aqui.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 24 DE 30-04-2025

O município assegurou, através do Cartão Abem, o acesso gratuito a medicação prescrita a 3.600 beneficiários, permitindo que ninguém ficasse para trás por dificuldades económicas.

Foram ainda realizadas 109 cirurgias às cataratas em parceria com a Fundação Álvaro Carvalho, garantidas 489 consultas de neurologia, bem como apoios à aquisição de óculos (99 beneficiários) e ao tratamento de saúde oral (62 beneficiários).

Estes dados demonstram mais do que uma gestão eficiente, revelam uma visão humana e inclusiva. Revelam a certeza de que o investimento na saúde é também um investimento na dignidade, na justiça social e na coesão territorial.

Mais, revelam o carácter, os valores de um líder e da sua equipa.

Falemos, agora do nosso, Centro de Saúde de Idanha-a-Nova, que recebeu importantes investimentos, como a sua ampliação e modernização, em que estas obras permitiram melhorar as condições de atendimento e aumentar a capacidade de resposta.

Mas não só de infraestruturas falamos, poderemos referir também que o nosso centro de saúde, dispõe agora de um novo serviço de saúde oral, um importante passo na expansão dos cuidados de saúde à população, promovido pelo Município de Idanha-a-Nova.

A implementação desta valência de saúde oral, agora disponível, (repito agora disponível), permitirá que os munícipes tenham acesso a consultas regulares e cuidados preventivos, sem a necessidade de se deslocarem a outras localidades.

Ao fazer este balanço, é justo reconhecer que a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, sob a liderança do senhor. Presidente, soube transformar a política de saúde numa política de proximidade, de igualdade e de esperança.

Mas, Sr. presidente temos consciência, de que os desafios não desapareceram – mas que se enfrentaram com coragem, criatividade, resiliência e acima de tudo com sentido de missão, melhorando-os em muito.

Aqui também não poderemos esquecer todos os profissionais, parceiros, trabalhadores do município e cidadãos anónimos, que fizeram parte deste caminho, aqui deixamos também uma palavra de reconhecimento, porque aqui todos, todos, todos contam.

Termino com a certeza de que este caminho continuará, porque a saúde não é apenas um pilar do passado – é, sobretudo, um compromisso com o futuro.

Obrigado senhor presidente, por tornar Idanha cada vez mais solidária.”

Terminada a intervenção da senhora Presidente de Junta de Freguesia, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor deputado Manuel Monteiro que disse “começo a minha intervenção mencionando um termo bastante utilizado e conhecido. “RESILIÊNCIA”.

Frequentemente o termo é aplicado como uma mera analogia ou como sendo equivalente a resistência, podendo ser encarada como a capacidade estruturada ou construída já existente antes de um evento, ou então, é o resultado de um processo que só resulta e se manifesta durante e após um evento relevante.

Poderemos referir que é multidimensional, nomeadamente no contexto de gestão da resposta a um acontecimento mais ou menos disruptivo, tendo em vista uma recuperação estrutural e social adequada.

A recuperação do nível de funcionalidade e de operacionalidade, após um evento, constitui uma resposta característica das sociedades desenvolvidas contemporâneas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 24 DE 30-04-2025

Tentar recuperar a situação inicial ou obter um sistema com melhores condições de funcionalidade com o máximo de rapidez torna-se um objetivo político, antes e após uma catástrofe ou um acontecimento público traumatizante.

O crescente impacto das crises e a complexidade de que estas se revestem em vastas áreas do globo, como pudemos e podemos observar, em diversas situações:

Na pandemia (COVID-19), nos incompreensíveis e abomináveis conflitos bélicos, como entre a Rússia e a Ucrânia e o conflito Israel-Palestina ou até mesmo a situação de crise energética verificada há dois dias atrás, dizem-nos que deveremos ser proativos e agir já, através da construção de sociedades mais resilientes, com vista a reduzir os efeitos da manifestação dos riscos, ou seja, das catástrofes e deste modo protegermos o amanhã.

Tendo esta ação visibilidade nas medidas tomadas durante e após a fase mais complicada do evento verificado, independentemente do seu alcance geográfico.

Em termos gerais, a análise da resiliência pode ser considerada como um complemento à análise da gestão do risco.

No entanto como referi anteriormente, uma comunidade resiliente, assenta acima de tudo nas entidades com apoio às entidades externas, nomeadamente aos agentes de proteção civil presentes no concelho, e com competências na área da proteção civil e segurança, bombeiros e Guarda Nacional Republicana.

Relativamente ao SMPC, poderemos apontar como aquele onde foi realizado o maior investimento no período referido um investimento de mais de seis milhões de euros (6.091.510,87€), em que poderemos destacar o Centro Municipal de Proteção Civil, os diversos equipamentos e o reforço das cinco equipas, entre equipas de sapadores florestais e equipas municipais de proteção civil, com mais elementos, tendo este reforço sido empregue na realização de faixas de gestão de combustível junto à rede viária municipal, onde se realizam todos os anos cerca de 200 km, bem como a realização de faixas junto às zonas industriais e aos aglomerados populacionais, reduzindo assim o risco de incêndio.

Ainda no âmbito da redução do risco de incêndio, e da sustentabilidade ambiental que tem sido uma das preocupações deste executivo, foram adquiridos quatro bio trituradores utilizados pelas equipas municipais do SMPC, para trituração dos sobrantes consequentes dos cortes de vegetação, reduzindo assim o número de queimas e a redução de gases com efeito de estufa.

São também realizadas diversas ações de sensibilização em conjunto com a GNR, onde são abordadas as temáticas no âmbito da Defesa da Floresta Contra Incêndios, a plataforma de queimas e queimadas, onde o município licencia no nosso concelho mais de dez mil queimas por ano, repito mais de dez mil queimas por ano.

É abordada, e feita sensibilização e aconselhamento de procedimentos, relativamente à existência da Vespa Asiática ou velutina, no nosso concelho em que cada vez mais são detetados ninhos primários ou secundários e em que o SMPC com meios humanos e técnicos próprios, executa as intervenções necessárias.

Durante o período mais quente do ano, ou seja, entre julho e meados de outubro as equipas do SMPC, são colocadas em locais estratégicos de estacionamento, para uma rápida deteção e primeira intervenção de incêndios nascentes.

Poderei ainda transmitir-vos que neste momento preparamos uma candidatura ao aviso centro 2030, na "Proteção Civil e Gestão Integrada de Riscos", direcionada para a Proteção Civil e que já obteve aprovação por parte da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, no montante de quase duzentos e sessenta mil euros (259.623,90€), a qual será submetida no próximo mês de maio.

Referir-vos ainda que todo este investimento tem tido os seus frutos, se fizermos uma observação sobre os dados estatísticos dos incêndios ocorridos no período dos últimos 12 anos, verifica-se uma diminuição das ignições no nosso



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 24 DE 30-04-2025

concelho, tendo este número de ignições, vindo a decrescer progressivamente de uma forma mais acentuada nos últimos cinco anos.

Falemos agora dos nossos queridos bombeiros, o município na sua missão de salvaguarda de bens e pessoas e no reforço da proximidade das populações e na promoção da qualidade de vida no concelho, sempre entendeu que apoiar esta instituição não é uma despesa mas sim um investimento no futuro desta geração e das gerações vindouras, têm sido garantidos apoios regulares e extraordinários, assegurando assim que os nossos bombeiros disponham, por um lado de meios mais modernos e adequados para dar resposta às várias tipologias de emergências e por outro que os nossos bombeiros, se sintam valorizados na sua ação enquanto profissionais ou voluntários dedicados.

Nos últimos doze anos foi realizado um investimento por parte do município de quase de quatro milhões de euros (3.980.510,45€), sendo o investimento realizado quer na aquisição de veículos de emergência e de combate a incêndios, equipamentos de proteção individual, bem como nas condições económicas de cada profissional onde foi implementado um subsídio de risco no valor de 100,00€ mensais, bem como uma majoração de 10,00€ dia, para os elementos que integram o Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais, durante o Verão, referimos também que o município comparticipa com 50% do financiamento das três equipas de Intervenção permanente (EIP), garantindo dessa forma o socorro 24 horas de segunda a domingo, tendo sido aprovado recentemente em reunião de executivo a candidatura, para o reforço com mais uma equipa de Intervenção permanente (EIP), proposta essa feita pelo comando do corpo de bombeiros, apoiada pela direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Idanha-a-Nova e aprovada em reunião de executivo.

Ainda dentro deste âmbito, srs. deputados, informo V.Ex^{as}, de que no passado dia 10, foi submetida pelos serviços do município, uma candidatura ao aviso centro 2030, na "Proteção Civil e Gestão Integrada de Riscos", direcionada aos bombeiros, no valor de mais de quatrocentos mil euros (429.876,64€), onde se pretende a aquisição de um **Veículo Tanque Tático Florestal**, um **Veículo Ligeiro de Combate a Incêndios** e 35 **Equipamentos de Proteção Individual**, para incêndios estruturais.

Bem e quase a terminar, vamos mencionar o investimento do município na entidade responsável pela nossa segurança, que é a Guarda Nacional Republicana competência na Proteção Civil, podendo esta mesma Resiliência, ser encarada como a capacidade que essas entidades, possuem antes da ocorrência de um acontecimento mais ou menos disruptivo.

E, aqui srs. deputados é onde pretendo chegar.

Permita-me Senhor presidente, dar-lhe os parabéns pelo que foram os seus doze anos à frente dos destinos da nossa autarquia e da sua visão estratégica, proatividade, capacidade de ação e investimentos, na área da proteção civil e segurança e apresentar a esta digníssima Assembleia, o que foi a estratégia delineada pelos seus executivos, para um concelho, que em termos de área é o quarto maior a nível nacional, com uma mancha florestal superior a oitenta mil hectares.

Tendo como objetivo principal, a proteção das populações e a prevenção dos riscos.

Vamos então a factos:

Começemos por referir que da parte dos vários executivos da câmara no período analisado, sempre existiu o que poderemos chamar de uma estratégia inclusiva, em que foi patente a preocupação de dotar o Serviço Municipal de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 24 DE 30-04-2025

Proteção Civil, com meios humanos e matérias e dar (GNR), caros deputados aqui poderemos dizer-vos que o município investiu quase trezentos mil euros (299.287,38 €) nestes últimos doze anos, melhorando condições, nos quartéis do concelho e reforçando o parque de viaturas como no caso do veículo dedicado à escola segura, quero também dizer-vos que os serviços estão a preparar também um concurso para requalificação do quartel da GNR de Idanha-a-Nova no valor de mais de cento e oitenta mil euros (181.000,00€).

Caros senhores deputados, como simplesmente poderemos verificar o montante total do investimento do município nestes últimos doze anos, na proteção civil e na segurança supera os onze milhões de euros (11.241.161,82 €).

Já mesmo a finalizar e em jeito de conclusão refiro:

Que os investimentos feitos não são apenas números. São ações concretas que salvam vidas, protegem o nosso património natural e garantem a segurança de quem aqui vive, trabalha ou nos visita.

Valorizar este trabalho é reconhecer que, em Idanha-a-Nova, a Proteção Civil não é uma prioridade apenas no discurso: é uma prioridade real, sustentada por investimentos, projetos e resultados.

E aqui somos obrigados a citar Confúcio, que dizia:

“Transportai um punhado de terra todos os dias e fareis uma montanha”.

Quero com isto dizer que a ajuda e o investimento nestes punhados de terra (Serviço Municipal de Proteção Civil, Bombeiros e GNR), transformam o nosso concelho (a montanha), num dos concelhos mais bem preparados para qualquer eventualidade, não descurando, no entanto, as diversas variáveis de risco decorrentes não só dos eventos, mas precedentes aos mesmos.

É, no entanto, um trabalho que muito nos deve orgulhar enquanto idanhenses, e que reforça a confiança no caminho que estamos a seguir, um caminho de responsabilidade, de proteção e de valorização do nosso território”

Terminadas as intervenções dos senhores deputados, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que disse “gostaria de realçar as palavras que aqui foram ditas sobre a questão da educação e cultura, e só reforçar as palavras da senhora deputada Adalgisa, nomeadamente dois aspetos na área da educação que são importantes, e referiu muitíssimo bem o trabalho que temos feito na área da educação e da cultura, também as palavras da senhora Cristina Geraudes na área da saúde e do senhor Manuel Monteiro, na área da Proteção Civil, fundamentais para termos qualidade de vida e para contribuir para a coesão económica e social, para que este território seja atrativo para os que cá estão e para outros que queiram sempre atrair.

Mas deixem-me só reforçar. Em relação à educação dois aspetos muito importantes que têm sido conquistas nossas e referencias a nível nacional e internacional. Uma delas é o trabalho que a Tânia tem feito nas nossas cantinas biológicas, que foram agora uma referência na Europa, na certificação que tivemos pela Comissão Europeia do programa URBACT, e portanto uma referência para toda a equipa que a Tânia lidera, num trabalho extraordinário que serve as nossas crianças, a sua saúde e o seu futuro, não só melhorando a sua saúde, mas também contribuindo para uma educação ambiental e para o dinamismo do empreendedorismo que nós queremos que as nossas crianças tenham orgulho na sua terra do mundo rural.

Relativamente à questão da área da cultura que a senhora deputada Adalgisa referiu, só confirmar os fortes investimentos que fizemos para reforçar a nossa coesão económica e social, mas só o facto de termos sido referidos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 24 DE 30-04-2025

no Atlas Cultural e Artístico de Portugal, emitido pela Direção-Geral de Artes e pelo ISCTE em Lisboa, no âmbito do Observatório Português das Atividades Culturais, em que a Idanha foi referido como um dos melhores projetos culturais de Portugal.

Relativamente ao senhor deputado Manuel Monteiro, referir o excelente trabalho que ele tem liderado, que apesar de ser deputado municipal é também o Coordenador Municipal de Proteção Civil, e ele e as suas equipas têm feito um trabalho fabuloso, obviamente com todos os agentes do território, onde se destacam as Juntas de Freguesia e demais agentes da área da segurança que aqui foram referidos, bombeiros e GNR.”

Terminado o Período Antes da Ordem do Dia, o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão dos assuntos do

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO NÚMERO UM – INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO – O senhor Presidente da Assembleia informou que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra.

Terminado o mesmo o senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor deputado Paulo Baptista, que disse *“eu ouvi as intervenções anteriores e pensei que já era a última assembleia, mas penso que ainda teremos mais duas, mas vejo toda a gente a rasgar elevados elogios. Eu gostaria de partilhar também da vossa opinião, mas não é exatamente aquilo eu penso, mas é um problema que com certeza será meu.*

A senhora deputada Adalgisa fez o elogio da cultura e no âmbito da cultura não irei fazer comentários e é a sua área, a senhora trabalha na Câmara Municipal na área da cultura e portanto longe de mim querer fazer qualquer tipo de crítica à sua atividade, embora considere que o facto de ser funcionária, tira-nos um pouco, o âmbito político da intervenção, mas dá-nos dados, que de outra maneira não teríamos acesso a eles, eu não tenho, a não ser que faça uma compilação, e com franqueza, como eu não trabalho na câmara eu tenho que fazer outras coisas para sobreviver.

Mas falou na política da educação, e realmente a política da educação é agradável e ver que há um esforço, mas repare senhora deputada, o esforço que há para manter escolas abertas, deve-se também ao facto de não haver muitas crianças, e por isso os rácios funcionam contra nós, e isso seria alterado através de políticas de fixação de população, que é aquilo que eu tenho defendido aqui ao longo dos anos.

Quando fala na gestão com quadros de elevada qualidade, e eu percebo que a qualidade seja importante, mas tem que se traduzir em efeitos mensuráveis e consigamos ver e que tragam benefícios para quem vive neste concelho.

Quanto à área da saúde, que eu ouvi aqui falar, senhora Presidente da Junta de Freguesia, u por acaso apreciei e como sabe a minha posição em relação ao trabalho efetuado pela Câmara Municipal não é exatamente igual à sua, eu acho que andamos a concorrer com o Sistema Nacional de Saúde, e portanto com isso lá temos o problema dos rácios, ao não haver clientes, quem decide, decide que afinal não é preciso mandar para aqui mais profissionais de saúde, e portanto acabamos por ter aqui uma pescada de rabo na boca, o que é complicado. Mas não consigo entender uma coisa, quando diz que o atual governo, que é uma coligação, prometeu uma coisa e ao fim de um ano



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 24 DE 30-04-2025

não consegui recuperar dos oito anos de governação do partido que a senhora aqui representa, que foi deteriorando o Sistema Nacional de Saúde, e nunca se preocupou muito com isto, e eu admiro um bocado por não ver as senhoras e os senhores deputados não estiveram preocupados durante este período em chamar à atenção para este tema.

Agradeço ao senhor chefe de divisão pela apresentação que fez do trabalho da Proteção Civil que nos vai pondo a par da atividade, apesar de ter aqui também a informação, mas é sempre agradável ouvirmos uma interpretação dada aos serviços aqui feitos, e obviamente que toda a gente aqui está para proteger, os bombeiros, o serviço de Proteção Civil, e naturalmente contamos com a colaboração da GNR

Senhor Presidente temos aqui uma situação nas informações, e eu gostava de saber qual é a quantidade de emigrantes e imigrantes residentes e quantos estão aqui a trabalhar no concelho, não sendo residentes. Se tiver informações sobre isto agradecia que as partilhasse com esta assembleia, uma vez que existe um organismo que os acompanha, e já agora seria interessante termos valores.

Sobre a informação financeira estamos a reportar-nos a 31 de março, é um trimestre e é muito pouco para poder concluir o que quer que seja para podermos estar aqui a acrescentar ruído. Portanto não penso que seja uma coisa que mereça muito eu estar a queimar o vosso tempo.

Mas gostava de saber e há aqui uma adjudicação de aquisição de serviços para apoio à população do concelho de Idanha-a-Nova, no âmbito da validação do e-fatura, preenchimento do IRS e consultoria fiscal ao CLAIM, e gostava de saber como é que é feito este apoio e como é que ele é divulgado. Entretanto há aqui uma aquisição de serviços para pós-produção do registo audiovisual das manifestações quaresmais e pascais do concelho de Idanha-a-Nova e gostava de saber em que é que consistem estes serviços. E face à informação escassa que foi enviada e como eu só posso funcionar em função da informação que é dada, neste momento não tenho mais perguntas a fazer.”

De seguida foi dada a palavra ao senhor deputado José Claro que disse “permitam-me começar esta intervenção com um agradecimento profundo e sincero e merecido a todos os trabalhadores do Município de Idanha-a-Nova. São eles, muitas vezes, longe dos holofotes que tornam possível esta brilhante atividade municipal que hoje aqui reconhecemos e valorizamos. O seu empenho diário, dedicação e a sua criatividade e sentido de missão, fazem do concelho de Idanha-a-Nova um exemplo de dinamismo, coesão e renovação. A dinâmica extraordinária, temos testemunhado cerimónias, comemoramos com dignidade e elevada participação o 25 de Abril, celebrando os valores da liberdade e da democracia, com a nossa comunidade. Apostamos fortemente na formação contínua dos trabalhadores municipais, dotando-os de novas competências que se traduzem num serviço público mais qualificado, eficiente e mais próximo.

No plano cultural proporcionámos concertos, exposições e peças de teatro de excelência, reforçando a cultura como instrumento de identidade, inclusão e desenvolvimento. Vivemos intensamente a quadra pascal reforçando laços comunitários e valorizando o nosso património imaterial.

Estivemos ao lado da população com ações concretas como na ajuda o IRS, uma proposta essencial para muitos dos nossos munícipes e junto dos nossos mais séniores promovendo atividades de convívio, saúde e bem-estar, assim como ao lado dos mais jovens, criando oportunidades de participação, lazer e crescimento.

Organizámos eventos marcantes como o dedicado à azeitona galega da Beira Baixa, valorizando os produtos endógenos e reforçando a ligação entre território e economia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 24 DE 30-04-2025

Promovemos caminhos em paisagens deslumbrantes, o festival da Rosa. Destaco ainda o festival internacional de Tunas Universitárias de Idanha-a-Nova, o mais antigo festival de Tunas do Instituto Politécnico de Castelo Branco e o valioso Curso Livre de Religiosidade Popular, que aprofunda o nosso saber tradicional.

No plano internacional é com orgulho que vemos o Programa europeu Recomeçar em Idanha distinguido com o selo de Boas Práticas na Polónia e recebemos reconhecimento de Macau, pela qualidade e capacidade cultural de Idanha-a-Nova. O nosso território ganha assim notoriedade além-fronteiras.

Falo ainda do eixo fundamental da nossa ação, o apoio ao movimento associativo, fomentar a prática desportiva e promover a saúde pública, integração comunitária e valores de cidadania em Idanha-a-Nova. Assumimos o desporto como um direito universal e um fator de coesão. Em 2024 estivemos no apoio regular a todas as associações desportivas e recreativas, das mais pequenas às mais bem estruturadas.

Importa sublinhar que ao longo destes doze anos, o apoio às associações, não apenas desportivas, mas também culturais e recreativas aumentou significativamente, tanto a nível financeiro como logístico, e as associações responderam com dinamismo e vitalidade, sendo hoje um motor imprescindível de atividade e coesão social e de promoção do concelho.

Todas estas realizações são fruto de uma estratégia clara, de uma visão concertada e de uma equipa que trabalha com paixão e amor a Idanha-a-Nova. Que fique registado que os trabalhadores do município, as associações locais e a comunidade são protagonistas do sucesso coletivo que hoje o concelho de Idanha tem.”

De seguida o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que disse “relativamente àquilo que foi aqui colocado pelo senhor deputado Paulo Baptista concretamente à questão sobre o número de imigrantes e emigrantes. Há um trabalho que estamos a fazer com a Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa e com o Instituto Politécnico de Castelo Branco de fazer um levantamento das comunidades que temos de imigrantes, emigrantes, em todos os concelhos da comunidade, e naturalmente o de Idanha, conjuntamente com outras entidades, como a GNR, a divisão municipal da área social, através do Radar Social, e esse trabalho há-de sir com estatísticas sobre as nossas populações de imigrantes e emigrantes nestes concelhos e naturalmente também o de Idanha-a-Nova e daremos conta disso oportunamente.

Quanto ao serviço eu está a ser feito no âmbito do IRS, já é uma situação normal e todos os anos contratamos uma entidade que em colaboração com as Juntas de Freguesia dá apoio no preenchimento dos formulários do IRS aos nossos cidadãos, sobretudo àqueles que têm maiores dificuldades nesse preenchimento. Os serviços contratados na área do audiovisual que têm a ver com os Mistérios da Páscoa, é feito na sequência do que temos feito nestes últimos anos e temos produzido muito material audiovisual, muitas publicações, filmes, áudios das duzentas e sessenta manifestações desde quarta-feira de Cinzas até Domingo de Pentecostes de todas as nossas freguesias do concelho.

Referiu também a questão do SNS e do Cartão de Saúde e disse que nós concorremos com o Serviço Nacional de Saúde. Isso não é verdade, e sempre o dissemos que tudo foi protocolado com a ARS e a ULS de Castelo Branco, e, portanto, nós completamos e não concorremos com o SNS., Isso não impede que tenhamos sido lutadores, e continuamos a ser, e os médicos de família que têm vindo para o concelho de Idanha, nós financiamos quer com alojamento, com despesas de deslocação ou outros requisitos, mas continuamos a lutar para que o SNS no concelho de Idanha seja reforçado.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 24 DE 30-04-2025

Terminada a discussão deste ponto da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Mesa deu início à discussão do

PONTO NÚMERO DOIS: PROPOS DE 2.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE NECESSIDADES DE PESSOAL PARA O ANO DE 2025 – O senhor Presidente da Mesa solicitou ao senhor Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos adicionais sobre a proposta apresentada.

O senhor Presidente da Câmara disse *“a proposta que apresentamos é normal e decorre do funcionamento durante o ano e das necessidades que os serviços vão efetuando, e, portanto, é isso que aqui apresentamos.”*

Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia informou os senhores deputados que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra.

Terminado o mesmo, o senhor Presidente deu a palavra ao senhor deputado Daniel Fonseca que disse *“em relação a este ponto da ordem de trabalhos temos a dizer o seguinte e o senhor Presidente da Câmara diz que isto é normal, mas nós não achamos normal. Normal é uma estrutura bem organizada e prevista no orçamento, isso sim é normal. Estamos no final de abril e já temos duas alterações ao mapa de pessoal, para além do aumento significativo em que foi mencionado no último orçamento. É uma decisão que levanta muitas dúvidas e várias questões, é uma decisão pouco alicerçada nas verdadeiras respostas ao bem-estar das pessoas, e o exemplo disso é o porquê da necessidade de dois técnicos superiores licenciados em Agronomia para o Gabinete de Apoio Pessoal do Presidente, quando este Presidente, todos sabemos que está de saída.*

Com falta de fundamentação levantam-se assim várias dúvidas nas reais necessidades. Será esta uma forma de condicionar certamente quem vier a seguir que poderia ter outras estratégias na questão da contratação de pessoal, e assim sendo o Movimento para Todos abstêm-se neste ponto, com a certeza que estaremos atentos ao avanço do processo.”

De seguida o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Paulo Baptista que disse *“relativamente a esta alteração ao mapa de necessidades de pessoal, naturalmente quem gere apercebe-se das necessidades que há, e o senhor está a gerir a câmara há doze anos, e antes disso já estava ligado à câmara, e determinou que neste momento precisa de mais estas pessoas, ou o executivo assim o decidiu.*

O meu problema é que a gestão é cada vez mais vertical, ou seja, nós temos técnicos superiores e depois não temos o correspondente grupo que trabalha com esses técnicos. Parece que os técnicos superiores se esgotam em si próprios, e faz lembrar aquele sistema verticais em que há um diretor e depois há um chofer para cada diretor. Não é o caso, como é óbvio, mas de qualquer das maneiras é uma interpretação de gestão, e isto, senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel D'Acha, era aquilo a que eu me estava a referir, é a gestão, uma gestão vertical, a gestão tem que produzir resultados e esperemos que com esta escolha que neste momento está aqui a ser feita de necessidades, se venham a produzir resultados evidentes que melhorem as condições de vida dos cidadãos do concelho de Idanha-a-Nova.”

O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que disse *“relativamente ao que estamos a discutir, e o senhor deputado Paulo Baptista disse e muito bem, não são só técnicos superiores, pois temos a contratação de assistentes operacionais, mas tem toda a razão naquilo que disse, nós hoje temos uma câmara com colaboradores com muita capacitação. Felizmente já temos doutorados como nossos*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 24 DE 30-04-2025

funcionários. Têm estado a valorizar-se e nós ajudamos sempre e cofinanciamos os nossos funcionários para se capacitarem, quer em licenciaturas, mestrados ou doutoramentos, ou outras áreas profissionais, mas têm toda a razão, nós precisamos de assistentes operacionais e assistentes técnicos, e por isso também aqui vêm essas categorias nesta alteração.”

Não havendo mais pedidos de intervenção, o senhor Presidente da Mesa submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa à PROPOSTA DE 2.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE NECESSIDADES DE PESSOAL PARA O ANO DE 2025, tendo sido apurado o seguinte resultado.

Número de votantes: vinte e oito;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: seis – Daniel Fonseca, Américo André, Paulo Rodrigues, Sónia Nunes, Joaquim Laranjo e Paulo Baptista;

Votos a favor: vinte e dois.

Em face deste resultado a proposta foi aprovada por MAIORIA.

O senhor Presidente da Mesa solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação

“FOI DELIBERADO POR MAIORIA, COM ZERO VOTOS EM CONTRA, SEIS VOTOS DE ABSTENÇÃO E VINTE E DOIS VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À PROPOSTA DE SEGUNDA ALTERAÇÃO AO MAPA DE NECESSIDADES DE PESSOAL PARA O ANO DE 2025.”

Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão do

PONTO NÚMERO TRÊS: PROPOSTA DE REGULAMENTO DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA — O senhor Presidente da Mesa solicitou ao senhor Presidente da Câmara para, querendo, prestar esclarecimentos adicionais sobre a proposta aqui presente.

O senhor Presidente da Câmara disse *“a proposta que trazemos aqui da revisão do organograma vem na sequência daquilo que fomos falando aqui, do assumir de muitas competências da descentralização e competências do governo para o Município, que nós aceitámos todas, mesmo sabendo que isso nunca foi acompanhado do envelope financeiro que seria necessário, mas entendemos assumir esta descentralização para a câmara e também para as Juntas de Freguesia, porque tudo o que se possa fazer em termos de descentralização para que as políticas possam estar mais próximas dos cidadãos, nós somos sempre adeptos. Mas nós investimos mais até do que nos tem sido m questões de descentralização, nomeadamente na educação., e, portanto, a educação é onde temos recursos maiores, é um investimento grande e, portanto, este organograma vai adequar-se aquilo que é hoje a realidade do município, que é completamente diferente daquilo que era em 2013, quando entramos para a gestão da Câmara Municipal. Este organograma foi muito discutido com os nossos dirigentes, houve muitas reuniões e várias opiniões juristas, e, portanto, trazemos aqui o organograma que entendemos ser o mais adequado e versátil, e é um investimento nos recursos humanos, na sua operacionalidade e é um investimento que é sempre produtivo. Nós não*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 24 DE 30-04-2025

olhamos para os recursos humanos unicamente nesta perspetiva da produtividade, mas, obviamente, a produtividade é fundamental para um agente económico como é a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova.”

De seguida, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor João Joia de Carvalho, chefe da divisão de recursos humanos para prestar esclarecimentos adicionais, dado haver algumas alterações de nomenclatura a introduzir no documento que foi enviado.

Terminada a intervenção do senhor chefe de divisão, o senhor Presidente da Assembleia informou os senhores deputados que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra.

Terminado o mesmo, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Hugo Rego que disse *“reconheço que a destrutura e reorganização dos serviços do Município de Idanha-a-Nova há muito deveriam ter sido reequacionadas. Porém entendo que uma medida com este grau de complexidade não pode ser tomada a escassos meses de se encerrar um ciclo político., uma vez que ela compromete no ponto de vista orçamental e do ponto de vista orgânico os executivos que vierem a ser eleitos nos próximos anos. Passaremos a ter de três gabinetes para oito gabinetes, deixaremos de ter quatro divisões para ter sete divisões. Uma estrutura que ficará ao nível da capital de distrito, mas com diferenças obvias entre os dois concelhos, nomeadamente do ponto de vista económico e orçamental.*

Já agora, qual será o custo da alteração? Foi avaliado esse impacto? Mas independentemente de sabermos qual será o custo financeiro desta alteração reitero, no meu entendimento, que um assunto com este grau de complexidade, que afetará a orgânica dos serviços municipais para os próximos anos deve ser decidido pelo próximo executivo, uma vez que será ele que irá implementar as suas próprias políticas, razão pela qual votarei contra, porque entendo que esta assembleia não deve comprometer as decisões políticas que devem ser tomadas no futuro.”

Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Paulo Baptista que disse *“não querendo repetir a intervenção do senhor deputado Hugo Rego, que é uma preocupação que também partilho do timing da realização desta reestruturação, gostava de colocar aqui duas dúvidas que tenho relativamente ao Gabinete de Saúde e de Ação Social Integrada que refere “compete ao Gabinete de Saúde e Ação Social Integrada, artigo 29.º alínea a), assegurar a gestão da estratégia municipal para a saúde, até que ponto qual é a autoridade que tem para articular diretamente com os serviços centrais de saúde, porque a seguir diz na alínea g) apoiar o Serviço Nacional de Saúde na gestão dos serviços e equipamentos de saúde. Portanto, numa fase faz apoio e na outra assegura a estratégia municipal para a saúde. E como não tenho isto muito claro, gostava de saber. Também gostava de saber o que é que representa este quadro que vem no fim, porque é um quadro que diz orçamentação da nova estrutura e organização dos serviços do Município de Idanha-a-Nova, mas não sei o que é que isto quer dizer. Tem aqui comissão de serviços, te, o vencimento mensal, o rendimento bruto anual e não vem assinado por ninguém.”*

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Rogério Bentes que disse *“os municípios ganharam novas competências e atribuições com a Lei n.º 50/2018, que estabelece o quadro da transferência de competências para as autarquias locais. Essa lei descentraliza a gestão pública, conferindo aos municípios mais autonomia e responsabilidade em diversas áreas.*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 24 DE 30-04-2025

Principais áreas de transferência de competências:

Na área da Educação: Os municípios têm competências na gestão, construção e manutenção de escolas da educação pré-escolar e ensino básico, bem como na elaboração da carta escolar e criação de conselhos locais de educação.

Na área da Saúde: Os municípios assumem a gestão e realização de investimentos em unidades de cuidados de saúde primários, incluindo a construção e equipamento.

Na área da Ação Social: Os municípios têm competências para assegurar o serviço de atendimento e acompanhamento social, elaborando as cartas sociais municipais e articulando-as com as prioridades do território.

Na área dos Transportes: Os municípios planeiam, gerem e realizam investimentos na rede viária municipal, rede de transportes regulares urbanos e locais, estruturas de apoio aos transportes rodoviários, bem como em passagens desniveladas e aeródromos municipais.

Na área da Habitação: Os municípios gerem os programas de apoio ao arrendamento urbano e à reabilitação urbana, com a titularidade e gestão de bens imóveis destinados à habitação social.

Na área do Alojamento Local: Os municípios passaram a ter novas competências no âmbito do Alojamento Local, com a possibilidade de regular, fiscalizar, instruir e decidir procedimentos.

Tornava-se, portanto, necessário de definir um novo modelo orgânico, com o objetivo de criar uma Organização mais simplificada, eficiente e ágil, com capacidade para apoiar o crescimento e a concretização bem-sucedida da assunção destas novas valências.

Hoje discutimos a proposta de revisão da estrutura orgânica dos serviços municipais da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova. A proposta em análise, atualiza uma estrutura que remonta a 2013 e que, apesar de funcional, apresentava limitações claras, fruto da evolução contínua dos tempos.

A nova estrutura propõe uma reorganização mais racional, mais robusta e mais equilibrada, com melhor articulação de competências, especialização das unidades orgânicas e clarificação de responsabilidades. Esta revisão visa aumentar a eficiência, melhorar o funcionamento interno e responder de forma mais eficaz às necessidades do concelho e dos seus municípios.

É fundamental que esta reformulação vá ao encontro das boas práticas de gestão pública, valorize os recursos humanos existentes e promova uma administração mais próxima, descentralizada e funcional.

O nosso papel, enquanto membros da Assembleia Municipal, é este: reconhecer o que está bem, propor o que pode ser melhorado, e garantir que não se cometam os mesmos erros.

A Assembleia Municipal deverá acompanhar a implementação desta estrutura, garantindo que os objetivos propostos sejam cumpridos e que o modelo continue a evoluir de acordo com as exigências futuras.

Felicito o Executivo por esta opção pela mudança que irá, decerto, contribuir para um melhor funcionamento da autarquia; e, conseqüentemente, para uma resposta mais eficaz às necessidades do nosso concelho."



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 24 DE 30-04-2025

O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Daniel Fonseca que disse *“tal como no ponto anterior, também este não deixa de ser complexo. Claro que também levanta muitas dúvidas e várias questões, e a principal é o porquê agora desta alteração. Depois do senhor Presidente ter trabalhado esta estrutura durante doze anos, e a cinco meses de terminar o mandato, considera agora necessária a reorganização da estrutura da Câmara Municipal.*

Esta questão das competências na Câmara Municipal já é uma lei de 2018, portanto já tem cinco anos, mas é agora necessária esta reestruturação, e nesta reestruturação deixamos de ter quatro unidades flexíveis de segundo grau e uma unidade orgânica de terceiro grau, ou seja, deixamos de ter cinco unidades, para ter quinze unidades orgânicas flexíveis, delas sete divisões municipais de segundo grau e oito subunidades orgânicas de terceiro grau. Mais treze subunidades orgânicas para a coordenação. Até podemos perceber que esta estrutura anterior, e já aqui foi dito, que não será a melhor e nunca achamos que fosse a melhor, mas qualquer reestruturação a ser feita, ela deverá ser feita por uma questão operacional e não por questões políticas.

Dizer também que esta reorganização que aplicaram agora de simplificada, mas simplificada nada tem, tem um custo anual de cerca de um milhão de euros, e é isso que está nesse mapa, e aquilo que interpretamos nesse mapa é o custo para sete meses, portanto o custo anual é de um milhão de euros.

Uma última nota, o aumento com a rubrica de pessoal desde o orçamento de 2024 para o futuro orçamento de 2026 é de cerca de dois milhões e quinhentos mil euros. Também este ponto, e pela complexidade que tem, o Movimento para Todos irá abster-se.”

Terminadas as intervenções dos senhores deputados, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que disse *“como foi aqui dito, este organograma, este desafio do investimento nos nossos recursos humanos, traduz um investimento que vimos fazendo desde 2013, uma subida muito significativa de funcionários e colaboradores da Câmara Municipal, muito perto dos cento e setenta, e sobretudo funcionários e colaboradores de grande capacitação, como disse, desde licenciaturas mestrados e doutoramentos e também assistentes operacionais e assistentes técnicos., nesta ótica de podermos integrar uma grande equipa, e podemos sempre olhar para isto como um custo, ou podemos olhar como um investimento. Nós olhamos sempre com um investimento, por isso é que desde 2013 para 2024, crescemos no nosso orçamento de dezasseis milhões para quarenta e seis milhões de euros. Portanto, qualquer agente económico quando contrata funcionários tem um objetivo, a produtividade e a rentabilidade, e a produtividade e a rentabilidade em Idanha-a-Nova traduz-se em desenvolvimento para o concelho de Idanha-a-Nova, não em lucros para o Município de Idanha-a-Nova, porque não tem esse fim. O Município de Idanha-a-Nova é um agente económico e tem como objetivos ser um agente económico com estabilidade e isso é demonstrado com esta apresentação de contas que a seguir iremos apresentar.*

Crescemos em números de funcionários, mas mantemos os rácios perfeitamente sustentáveis nos recursos humanos e na despesa com pessoal, demonstrando mesmo que desde 2013 temos o índice de endividamento mais baixo de sempre, na ordem dos quinze por cento. E isto foi feito com quem? Com os nossos colaboradores e são os nossos colaboradores que trabalham todos os dias para conseguir mais fundos comunitários, mais programas, mais riqueza para o concelho, mais investimento, melhor qualidade de vida na educação, na habitação, na saúde, proteção civil, e isto é que faz com que o concelho de Idanha-a-Nova, hoje, esteja com números completamente diferentes do que eram em 2013. Isto é investimento nos recursos humanos, investimento na motivação. Dos nossos recursos humanos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 24 DE 30-04-2025

e este é um investimento que tem trazido resultados e hoje trazemos aqui este organograma, nada de diferente, estamos no fim de um ciclo, e por isso aqui apresentamos este trabalho construído por todos os nossos colaboradores, sabendo que é um investimento significativo, mas este investimento tem trazido ao longo dos anos muitos resultados a Idanha-a-Nova.

Portanto aqui deixamos este desafio para a gestão futura, que obviamente implementarão as suas estratégias e temos a consciência tranquila de que deixámos aquilo que entendemos ser o melhor para o bom funcionamento do Município de Idanha-a-Nova.

Relativamente às questões levantadas pelo senhor deputado Paulo Ribeiro e nomeadamente à questão do quadro ele é muito claro, estão mencionados os valores referentes ao investimento a fazer neste ano, e isto é o desafio dum organograma que tem previstos um conjunto de lugares que podem ser, ou não, ocupados e esta é uma proposta de previsão de despesa para o ano em curso. Quanto ao gabinete de saúde, obviamente nós não temos competências na área da saúde, exceto aquelas que já foram aqui faladas e que foram descentralizadas para os municípios, mas nós articulamos com o Serviço Nacional de Saúde, como é evidente, a administração central com a administração local e portanto, não nos demitiremos nunca de nos preocuparmos com as questões da saúde no concelho de Idanha-a-Nova."

Não havendo mais pedidos de intervenção, o senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a proposta da Câmara municipal de Idanha-a-Nova relativa à **PROPOSTA DE REGULAMENTO DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA**, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e oito;

Votos em contra: um- Hugo Rego

Votos de abstenção: seis- Daniel Fonseca, Paulo Rodrigues, Sónia Nunes, Américo André, Joaquim Laranjo e Paulo Baptista;

Votos a favor: vinte e um

Em face deste resultado a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova foi aprovada por MAIORIA.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação

"FOI DELIBERADO POR MAIORIA, COM UM VOTO EM CONTRA, SEIS VOTOS DE ABSTENÇÃO E VINTE E UM VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À PROPOSTA DE REGULAMENTO DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA."

Seguidamente o senhor Presidente da Mesa deu início à discussão do

PONTO NÚMERO QUATRO: PROPOSTA DE CONCURSO PÚBLICO PARA A REABILITAÇÃO DE IMÓVEL SITO NA RUA 1.º DE DEZEMBRO (CONTÍGUO À JUNTA DE FREGUESIA), EM IDANHA-A-NOVA – HABITAÇÃO A CUSTOS ACESSÍVEIS – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – O senhor Presidente da Assembleia solicitou ao senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar esclarecimentos adicionais sobre a proposta apresentada, bem como da proposta do ponto seguinte, já que o assunto é semelhante.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 24 DE 30-04-2025

O senhor Presidente da Câmara disse *“no âmbito daquilo que também é a nossa estratégia local de habitação, e já vieram aqui alguns concursos que estão a decorrer, e aqui trazemos mais dois para construção de habitação acessível em Idanha-a-Nova, no âmbito do PRR e que é um trabalho que tem estado a ser feito pela nossa equipa liderada pela arquiteta Joana Rossa, um excelente trabalho que tem sido feito dentro de casa, quer nos projetos, quer depois em todo o trabalho que tem sido complexo e que está previsto ser financiado pelo PRR. Portanto é trazermos aqui estes concursos de compromissos plurianuais, uma vez que eles se irão ser feitos no ano presente e no próximo ano.”*

O senhor Presidente da Assembleia informou os senhores deputados que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra.

Terminado o mesmo, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Ana Filipa Canilho, Presidente da Junta de Freguesia de Medelim que disse *“hoje, mais do que falar de números, quero falar de legado.*

No âmbito deste ciclo transformador que hoje evocamos, merece também especial destaque o investimento estratégico na habitação a custos acessíveis

Ao longo destes 12 anos, a política de habitação em Idanha-a-Nova não se limitou a construir edifícios:

Foi uma resposta concreta à necessidade de fixar população, apoiar os jovens, e garantir qualidade de vida, a quem escolhe viver no nosso concelho.

Foram lançados projetos estratégicos, que permitiram reabilitar imóveis, dinamizar programas de arrendamento acessível e preparar novas soluções habitacionais, sempre com o objetivo de tornar Idanha mais inclusiva, mais atrativa e mais preparada para o futuro.

A habitação deixou de ser apenas um direito proclamado – passou a ser uma prioridade concretizada

E essa prioridade fez parte de uma estratégia mais ampla, sustentada porá mais de 90 milhões de euros de investimento, em pilares fundamentais como a educação, a cultura, a saúde, o ambiente, o turismo, a proteção civil e naturalmente a habitação

Podemos somar as mais de 10.000 pequenas obras feitas por administração direta e as cerca de 250 grandes intervenções públicas.

Há quem queira reduzir tudo isto a mera propaganda política, ou a estratégica política. Mas os factos não mentem. São estes. São evidências de um trabalho contínuo, estruturado e planeado ao longo destes 12 anos.

Mas o verdadeiro impacto destas obras não se mede apenas em euros ou metros quadrados.

Mede-se nas ruas requalificadas onde as crianças brincam em segurança.

Mede-se nas escolas modernizadas - e nas que ainda irão ser, - nos parques, nas praças que voltaram a ganhar vida.

Mede-se no orgulho renovado com que olhamos para o nosso território.

Durante este tempo, vimos nascer uma nova Idanha.

Uma Idanha mais jovial, mais cuidada, mais funcional, mais bonita – e, acima de tudo, mais nossa.

Um concelho que guardou com orgulho a alma da ruralidade, sem renunciar à ambição de se integrar num país mais coeso, mas que não teve medo de ousar, de inovar, de se projetar com confiança rumo ao futuro.

Onde havia abandono, nasceu esperança. Onde havia silêncio, voltou a haver vida.

O que fez ao longo destes 12 anos não foi apenas construir ou reabilitar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 24 DE 30-04-2025

Foi dar dignidade. Foi dar sentido a pertença. Foi mostrar que o mundo rural, e os territórios de baixa densidade, não são uma nota de rodapé – são um espaço central de oportunidades, de criatividade e de futuro.

E fê-lo com uma visão clara, com uma dedicação incansável, com sacrifício pessoal e familiar, não de 12 anos, mas de 24 anos de causa pública, e com profundo respeito por cada freguesia, por cada aldeia, por cada cidadão.

Com uma liderança que uniu e que inspirou.

Em nome de muitos, digo-lhe... bem-haja. Obrigado por não se ter acomodado.

Obrigado por ter acreditado quando era mais fácil desistir.

Obrigado por nos deixar uma Idanha melhor, mais sólida, mais viva.

Hoje não reconhecemos apenas um legado.

Celebramos um ciclo que deixa raízes profundas.

E que celebramos, com emoção, um projeto que ficará gravado na história do nosso concelho

Obrigado pela confiança, pela amizade e pela proximidade constante.”

Terminando a intervenção da senhora Presidente da Junta de Freguesia e não havendo mais pedidos de intervenção, o senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa à **PROPOSTA DE CONCURSO PÚBLICO PARA A REABILITAÇÃO DE IMÓVEL SITO NA RUA 1.º DE DEZEMBRO (CONTÍGUO À JUNTA DE FREGUESIA), EM IDANHA-A-NOVA – HABITAÇÃO A CUSTOS ACESSÍVEIS – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS**, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e oito;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: um – Paulo Baptista;

Votos a favor: vinte e sete

Em face deste resultado a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova foi aprovada por MAIORIA.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação

“FOI DELIBERADO POR MAIORIA, COM ZERO VOTO EM CONTRA, UM VOTO DE ABSTENÇÃO E VINTE E SETE VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À PROPOSTA DE CONCURSO PÚBLICO PARA A REABILITAÇÃO DE IMÓVEL SITO NA RUA 1.º DE DEZEMBRO (CONTÍGUO À JUNTA DE FREGUESIA) EM IDANHA-A-NOVA – HABITAÇÃO A CUSTOS ACESSÍVEIS – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, PARA O PROCEDIMENTO EM APREÇO.”

Seguidamente o senhor Presidente da Mesa deu início à discussão do

PONTO NÚMERO CINCO: PROPOSTA DE CONCURSO PÚBLICO PARA A REABILITAÇÃO DE IMÓVEL NA RUA DO POMBAL EM IDANHA-A-NOVA – HABITAÇÃO A CUSTOS ACESSÍVEIS – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – O senhor Presidente da Mesa informou os senhores deputados que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 24 DE 30-04-2025

Terminado o mesmo e não havendo qualquer pedido de intervenção, o senhor Presidente da Mesa submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa à *PROPOSTA DE CONCURSO PÚBLICO PARA A REABILITAÇÃO DE IMÓVEL NA RUA DO POMBAL EM IDANHA-A-NOVA – HABITAÇÃO A CUSTOS ACESSÍVEIS – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS*, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e oito;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: um – Paulo Baptista;

Votos a favor: vinte e sete

Em face deste resultado a proposta apresentada pela Câmara Municipal foi aprovada por MAIORIA-.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação

“FOI DELIBERADO POR MAIORIA, COM ZERO VOTO EM CONTRA, UM VOTO DE ABSTENÇÃO E VINTE E SETE VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À PROPOSTA DE CONCURSO PÚBLICO PARA A REABILITAÇÃO DE IMÓVEL SITO NA RUA DO POMBAL, EM IDANHA-A-NOVA – HABITAÇÃO A CUSTOS ACESSÍVEIS – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, PARA O PROCEDIMENTO EM APREÇO.”

Seguidamente o senhor Presidente da Mesa deu início à discussão do

PONTO NÚMERO SEIS: PROPOSTA DE PROJETO DE REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA – O senhor Presidente da Assembleia solicitou ao senhor Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos adicionais sobre a proposta apresentada.

O senhor Presidente da Câmara disse *“no âmbito dum trabalho que temos vindo a fazer, e aqui quero agradecer o trabalho muito profissional feito pela doutora Carla Santos, do Gabinete de Apoio Pessoal que tem feito um trabalho muito profissional na apresentação de muitos dos regulamentos que temos trazido aqui, de acordo em termos muito mais clara a função do município, e até depois na nossa apresentação de contas e nos nossos orçamentos não deixar dúvidas na nossa ação e na nossa missão. E, portanto, este é mais um dos regulamentos que foi feito ouvindo os nossos parceiros, nomeadamente o movimento associativo, que cresceu muito durante estes últimos doze anos. E importa deixar aqui de uma forma muito clara e objetiva o apoio que o município dá ao movimento associativo no concelho de Idanha. Quer no âmbito desportivo, cultural e social, todos eles absolutamente importantes.”*

De seguida o senhor Presidente da Assembleia informou que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra.

Terminado o mesmo, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Daniel Fonseca que disse *“ este regulamento de apoio às instituições, obviamente que é bem-vindo, e té que enfim, e o senhor*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 24 DE 30-04-2025

Presidente da Câmara não o admite, mas deu ouvidos ao Movimento para Todos que desde o início deste mandato que o Movimento para Todos tem andado a alertar que era necessário um regulamento de apoio às instituições.

Quanto aquilo que acabou aqui de dizer, vem realmente dar transparência para prestações de contas, é verdade, mas não dá é já transparência às prestações de contas anteriores. Não queremos com isto dizer que haja algumas irregularidades, não, mas de facto dá transparência nas atribuições às associações e esperamos que a partir da sua entrada em vigor sejam entregues perante o regulamento, e dar aqui uma palavra de apreço a todas as associações, culturais, desportivas, ou sejam elas quais forem, mas esperamos de facto que esses apoios irão ser dados a partir da publicação deste regulamento, que sejam dados perante o regulamento e as suas exigências, e não ao critério única e simplesmente do senhor Presidente da Câmara.

Vamos votar a favor deste regulamento.”

De seguida usou da palavra o senhor Vitor Mascarenhas, Presidente da União de Freguesias de Idanha-a-Nova e Alcafozes que disse “é imperativo reconhecer a importância que o associativismo teve — e tem — na estratégia de desenvolvimento do concelho de Idanha-a-Nova.

E reconhecer, igualmente, a forma como o Município abraçou, incentivou e investiu nas nossas associações, culturais, recreativas, desportivas e sociais, tratando-as não como meros parceiros de ocasião, mas como verdadeiros motores de vida, de identidade e de dinamismo económico.

As associações do concelho de Idanha-a-Nova são a alma que anima as nossas terras, são o coração pulsante que atrai pessoas, gera eventos, dinamiza o comércio local e reforça a coesão social.

Ao longo destes 12 anos, o Presidente Armindo Jacinto e a sua equipa encararam sempre o apoio ao associativismo não como uma despesa, mas como um investimento estratégico — investimento no futuro das nossas comunidades, na nossa cultura, na nossa economia, um investimento de mais de 7 milhões e quinhentos mil euros.

Importa ainda sublinhar que o apoio municipal foi muito além do apoio financeiro direto:

** foi garantido apoio logístico constante: transportes para deslocações, montagem de infraestruturas, cedência de materiais, apoio técnico e de limpeza através dos trabalhadores do Município.*

** Sempre com a consciência de que dar suporte às nossas associações é reforçar o tecido social e a capacidade de intervenção cultural e desportiva das nossas freguesias.*

Este modelo de apoio integrou uma visão muito clara: uma Idanha viva, diversa e inclusiva, onde todos têm acesso a cultura, desporto e recreação de qualidade, gratuita, diversa e próxima.

O associativismo, para este executivo, nunca foi um luxo, nem uma iniciativa menor e no concelho de Idanha-a-Nova ele está bem e recomenda-se.

Foi, e é, um eixo estruturante da nossa vida comunitária, um motor económico, um elemento de fixação de pessoas e um guardião da nossa identidade local.

O balanço destes 12 anos prova que quando se investe nas pessoas, nas suas iniciativas e nas suas paixões, ganha-se a comunidade como um todo.

Hoje, temos mais eventos, mais práticas desportivas, mais encontros culturais, mais jovens envolvidos, mais visitantes e, acima de tudo, um concelho mais coeso, mais vivo e mais dinâmico.

Por tudo isto, fica a nossa palavra de reconhecimento aos dirigentes associativos, que são voluntários incansáveis;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 24 DE 30-04-2025

** Aos atletas, músicos, atores, escuteiros, e a todos os que dedicam o seu tempo às associações;*

** Aos trabalhadores do Município pelo seu dinamismo.*

Termino, Senhor Presidente, com uma certeza: A aposta no associativismo é uma aposta no coração de Idanha, e graças à visão e à coragem que marcaram estes 12 anos de governação, este coração bate hoje mais forte do que nunca.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Alberto Umbelino que disse “*este projeto de regulamento de concessão de benefícios públicos do Município de Idanha-a-Nova, é efetivamente um documento que gere consenso e também é um documento que acaba por vir clarificar o modelo de apoios que queremos conceder.*

Isto porque a forte dinâmica associativa do concelho tem desempenhado um papel de grande relevância no desenvolvimento do tecido social e económico do concelho.

A solidariedade e a ação social foram, e continuam a ser, pilares fundamentais da ação de Vª Exª Senhor Presidente e da sua equipa. O compromisso assumido de apoiar as pessoas e construir uma comunidade mais justa e coesa traduziu-se numa estratégia consistente de valorização das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS).

As IPSS do concelho de Idanha-a-Nova são verdadeiras extensões da nossa política social e sem elas não teríamos conseguido chegar a tantos, com a qualidade e com o carinho que chegamos. São instituições que garantem respostas de proximidade, de qualidade e de grande humanidade aos cidadãos mais vulneráveis do nosso concelho.

O Município tem reforçado anualmente o apoio a estas instituições, desde 2014 foram 4 milhões e 500 mil euros investidos e no ano transato perto de um milhão de euros. Mas não apenas financeiramente este apoio tem sido efetuado, mas também através de formação contínua, apoio técnico ao funcionamento das equipas, contribuindo assim para a sustentabilidade e para a excelência dos serviços prestados.

Idanha-a-Nova é, antes de tudo, uma comunidade solidária. E é com este espírito que, ao longo destes 12 anos, mantivemos uma política social ativa, transversal e centrada na dignidade humana.

Em 2024, esta política continuou firme, com uma rede social robusta e articulada, integrando IPSS, Misericórdias, o Centro de Saúde, a Segurança Social, as escolas e associações.

O Gabinete de Ação Social e Saúde desempenhou um papel central nesta estratégia, operacionalizando centenas de apoios, dos quais destaco:

- O Cartão Raiano +65, que proporciona descontos em serviços, transportes gratuitos e tarifa social da água;*
- O Banco Social de Idanha-a-Nova, que distribui cabazes alimentares, roupa, ajudas técnicas e acompanhamento social;*
- O apoio à aquisição de bens essenciais para a saúde e bem-estar, como óculos, próteses e ajudas técnicas;*
- Os programas de apoio à habitação condigna, com reabilitação de casas.*

Estas medidas só são possíveis graças à colaboração e entrega das nossas instituições sociais, que são parte ativa da solução e que diariamente dão rosto e mãos à solidariedade que nos orgulha.

Ao fazer este balanço, é da mais elementar justiça reconhecer que a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, sob a liderança de Vª Exª, soube transformar a política social numa verdadeira política de proximidade, igualdade e esperança.

Os desafios persistem — mas têm sido enfrentados com coragem, criatividade e um profundo sentido de missão.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 24 DE 30-04-2025

Deixo uma palavra de reconhecimento e gratidão a todos os trabalhadores das IPSS, técnicos, dirigentes e voluntários que, com dedicação e espírito de serviço, têm levado conforto, dignidade e alegria a tantos concidadãos.

Termino com a convicção de que esta estratégia continuará no futuro.

Porque a solidariedade não é apenas uma marca destes 12 anos: é um compromisso inegociável, um compromisso com cada cidadão habitante neste território de Idanha-a-Nova, um compromisso e não uma promessa. Hoje e sempre. Mas continuamos insatisfeitos? Claro que sim. Mas a insatisfação nunca se esgota quando se luta por uma Idanha cada vez mais solidária, mais humana e mais justa.”

Terminadas as intervenções por parte dos senhores deputados, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que disse “queria só referir-me à intervenção do senhor deputado Daniel Fonseca e recordar-lhe que quando entrei para a Câmara Municipal, então como Vice-Presidente, criámos um programa, que foi o do associativismo do Município de Idanha-a-Nova, o PAMIN. Entendemos que está desatualizado, e portanto, hoje, conforme estamos a alterar o organograma, também faz sentido, porque hoje o associativismo é completamente diferente do que era há vinte anos atrás. A realidade é completamente diferente desde as áreas desportiva, culturais, e portanto, a forma transparente como fomos transferindo e apoiando as associações, o movimento associativo, é a forma como o associativismo funciona muitíssimo bem no concelho de Idanha, e não fosse o apoio da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, as dificuldades que têm crescido, por exemplo na área social, hoje as IPSS teriam muitas dificuldades em funcionar no concelho.

Sempre achamos que o papel, e que já foi hoje aqui referido, que estas instituições, os seus órgãos sociais, os seus funcionários, o apoio que dão aos nossos municípios, num tempo de maiores exigências para estas instituições, exigências de maior qualidade e económicas, não era de todo possível funcionarem, nem podiam fazer o apoio de ação social que fazem, desde as áreas da educação, às áreas sociais, de apoio aos nossos utentes aos jovens com mais idade. E desde a Santa Casa da Misericórdia de Idanha, que faz um papel extraordinário e nós apoiamos, até à instituição mais pequena do nosso concelho, e refiro aqui o caso dos Toulões, Segura, Salvaterra do Extremo, Alcafozes que todas elas têm o nosso apoio, porque basta haver um cidadão que precise de ajuda estas instituições são mais importantes do que o eventual lucro que possam ter no final do ano. O apoio social para nós, é fundamental.

Também, com muito orgulho, temos um movimento desportivo, que para além dos campeonatos que possam ganhar, o importante é a quantidade de gente jovem que mobiliza, a quantidade de atividade desportiva que realizam, a ACDL, a Casa do Benfica, O Clube União Idanhense, o Clube de Ténis, são grandes exemplos de grande trabalho desenvolvido.

Obviamente, quando fazemos este regulamento, bem como os outros que temos estado a fazer, é para que tudo seja ainda mais claro nas nossas contas, e não quer dizer que não tenha sido transparente, mas é todo o sistema contabilístico que também precisa que isto aconteça e portanto, por tudo isso entendemos que este regulamento fazia sentido para podermos organizar melhor, ajudar mais de uma forma mais eficiente todo este movimento, que cresceu de uma forma muito significativa e do qual sentimos muito orgulho.”

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara, o senhor Presidente da Mesa submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa à PROPOSTA DE PROJETO DE



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 24 DE 30-04-2025

REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e oito;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e oito

Em face deste resultado a proposta apresentada pela Câmara Municipal foi aprovada por UNANIMIDADE-.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação:

“FOI DELIBERADO POR UNANIMIDADE DE VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À PROPOSTA DE PROJETO DE REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA.”

Terminada a discussão deste ponto da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia deu seguimento ao

PONTO NÚMERO SETE: RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO GRAU DE OBSERVÂNCIA DO RESPEITO PELO ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO DO MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA ANO DE 2024 – O senhor Presidente da Assembleia disse *“como o relatório foi enviado aos senhores deputados para conhecimento, mas, no entanto, se algum dos senhores deputados quer usar da palavra, pode fazê-lo.”*

Não tendo havido qualquer pedido de intervenção, o senhor Presidente da Assembleia informou que a sessão iria ser suspensa por dez minutos, a fim de se preparar a sala para discussão do ponto seguinte da ordem de trabalhos.

Terminado o período de suspensão, o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão do

PONTO NÚMERO OITO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2024 – O senhor Presidente da Assembleia disse *“ontem ao fim da tarde a Mesa da Assembleia Municipal recebeu o parecer do auditor externo, tendo de seguida sido enviado aos senhores deputados, para que hoje aqui pudesse fazer parte da documentação em análise.”*

De seguida informou que a metodologia a seguir na discussão deste ponto seria uma primeira parte iniciada com a apresentação do documento pela senhora chefe de divisão financeira e patrimonial, depois a intervenção dos senhores deputados, seguida da intervenção do senhor Presidente da Câmara, e caso seja necessária uma segunda volta de perguntas e respostas, culminando com a votação do documento.

De seguida, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Elza Gonçalves, chefe de divisão patrimonial e financeira que fez a apresentação do documento, começando por indicar a legislação atual relativa à apresentação do relatório e contas de 2024, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, a Instrução n.º 1/2019-PG, de 6 de março e a Resolução n.º 4(2024, de 23 de dezembro, ambas do Tribunal de Contas, bem como foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 24 DE 30-04-2025

Relativamente às demonstrações financeiras e no que diz respeito ao balanço referiu que o total do ativo é de 77 511 737,21 euros, que o total do Património Líquido é de 60 928 601,62 euros e que o total do Passivo é de 16 583 135,59 euros, que os custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, num valor negativo de 1 850 454,53 euros, nas transferências e subsídios concedidos, um valor negativo de 5 218 441,81 euros em Gastos/Reversões de depreciação e amortização, um valor negativo de 3 636 233,35 euros e que o resultado líquido do período foi de 1 937 712,39 euros.

Na demonstração de fluxos de caixa destacou o saldo para a gerência seguinte, no valor positivo de 1 934 561,91 euros. Referiu ainda o grau dos indicadores orçamentais, dizendo que o grau de execução orçamental da receita foi de 97,34%, o da despesa foi de 91,65%, o grau de realização das liquidações foi de 96,19% e o grau de execução das obrigações foi de 98,21%.

Referiu-se também ao limite da dívida total, informando que a margem efetiva no final do ano se cifrava em 7 331 449,24 euros.”

Terminada a apresentação do relatório e contas do ano de 2024, o senhor Presidente da Assembleia informou os senhores deputados que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra.

De seguida deu a palavra ao senhor João Almeida, Presidente da Junta de Freguesia de Ladoeiro que disse *“no âmbito da prestação de contas do exercício de 2024, importa também destacar um dos processos mais relevantes para a gestão de proximidade e eficiência dos serviços municipais, a descentralização das competências para as freguesias.*

Este processo tem vindo a consolidar-se no concelho de Idanha-a-Nova, revelou em 2024 resultados muito positivos, quer na qualidade dos serviços prestados às populações, quer no fortalecimento do papel das Juntas de Freguesia., como verdadeiros parceiros do município na construção de soluções adaptadas às realidades locais.

A descentralização, neste caso, não foi apenas uma intenção legislativa ou uma mudança administrativa. Em Idanha-a-Nova ela traduziu-se em melhor serviço às populações, mais capacidade de resposta operacional e uma maior valorização do papel das Juntas de Freguesia. As freguesias do nosso concelho passaram a assumir um conjunto mais alargado de competências, desde a gestão e manutenção dos espaços públicos, à colaboração na área social, passando pela pequena manutenção de equipamentos escolares entre outros. Fazem-no com rigor e dedicação e espírito de missão.

Os resultados estão à vista. Conseguimos oferecer aos nossos munícipes serviços mais rápidos e personalizados, melhor manutenção dos espaços públicos e infraestruturas, maior envolvimento das comunidades locais na resolução dos seus próprios problemas, sobretudo uma nova energia do papel das Juntas de Freguesia, que passaram a ter uma presença ainda mais ativa no dia-a-dia das suas populações.

Sabemos que a Câmara Municipal tem um papel importante neste processo, ao garantir o apoio financeiro. Também sabemos que o apoio financeiro cresceu significativamente. No geral, em 2014, a autarquia transferia trezentos mil euros para as freguesias, e em 2024, transfere oitocentos mil euros.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 24 DE 30-04-2025

Mas apesar dos avanços é importante reconhecer que este processo de descentralização ainda carece de afinação. É necessário continuar a trabalhar em conjunto, Freguesias, Município e Governo, para garantir que cada competência transferida venha acompanhada dos meios adequados e das condições para ser bem executada, mas o balanço é positivo.

A descentralização veio provar que as freguesias não são uma estrutura menor do Estado, mas sim parceiros fundamentais no desenvolvimento local, na coesão social e no combate ao despovoamento.

O concelho de Idanha-a-Nova é extenso, diversificado e com muitas especificidades, e é por isso que esta descentralização é tão importante., porque permite soluções feitas à medida de cada freguesia, com base no conhecimento direto da realidade local.

Termino com uma palavra de reconhecimento aos Presidentes de Junta de Freguesia, às equipas das freguesias e a todos os que contribuíram para o sucesso desta descentralização. Que este processo continue com ambição, com justiça e com os olhos postos no futuro.”

De seguida, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Daniel Fonseca que disse “em relação à prestação de contas temos a dizer o seguinte, ela divide-se na parte escrita e na parte de notas e de execuções orçamentais. A parte escrita, sinceramente, não valorizamos muito, porque nela escreve-se o que muito bem se entende, e nós interpretamos também aquilo que entendemos, mas parece não ser uma prestação de contas referente 2024, mas sim referente à última década, de 2014 até 2024. E aí, acerca de 2024 poderíamos deduzir alguma coisa, de uma década não sabemos.

Quanto ao parecer do revisor oficial de contas, estranhámos, muito sinceramente, a receção dele a um dia da Assembleia. É um documento essencial para a prestação de contas, que já deveria ter sido entregue aos vereadores antes da aprovação pelo executivo, e de facto estranhámos isso, ou ele não está a desempenhar o papel correto, que deveria desempenhar, ou então as contas chegam-lhes atrasadas e ele não pode fazer milagres-

Aquilo que conseguimos interpretar é que surgem muitas reservas, e penso que o revisor oficial de contas menciona muita vez a questão do, é responsabilidade do Município, que nós sabemos de facto que o é, mas parece que há a necessidade do revisor oficial de contas mencionar isso várias vezes.

Quanto a dúvidas que nos surgem nas demonstrações temo aqui uma que gostávamos que o senhor Presidente, d vamos fazer apenas duas questões e gostávamos que de facto fossem respondidas, e uma delas é, o que é que a Câmara Municipal está a fazer para fazer face ao crescente endividamento para com a Câmara Municipal, ou seja, vemos aqui as dividas para com a Câmara Municipal em água, saneamento e resíduos sólidos que já ultrapassaram a fasquia de um milhão de euros e tem vindo sempre a crescer. O que é que a Câmara Municipal está a fazer em relação a este assunto,

Referir aqui também, e tem sido aqui uma das críticas do Movimento pata Todos que o grau de execução é sempre abaixo daquilo que é exetável, ou daquilo que até é exigido legalmente, e já temos vindo a chamar a atenção para esse facto e já são três ou quatro anos que está abaixo do grau que é exigido, logo as entidades competentes já



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 24 DE 30-04-2025

deveriam até participado dessa situação, mas vemos este ano que temos 97% de grau de execução no capítulo da receita e de 91% no capítulo da despesa.

O que não conseguimos perceber, e também é uma questão que dirigimos ao senhor Presidente ou à senhora chefe de divisão, é, como é que a prestação de contas se baseia em trinta e dois milhões e cento e oitenta mil euros para este grau de execução, quando o orçamento, com a primeira revisão que aqui foi aprovada, era de quarenta e dois milhões, oitocentos sessenta e oitocentos cento e sessenta e cinco mil, cento e sessenta e nove euros.

Gostávamos que estas duas questões, e principalmente esta última, fossem respondidas, para decidirmos o nosso sentido de voto.”

De seguida usou da palavra o senhor deputado Alberto Umbelino que disse “agradeço à Drª Elza Gonçalves e todos aqueles que estiveram afetos á elaboração e apresentação do Relatório e Contas 2024 do Município de Idanha-a-Nova.

Os números apresentados são reflexo do tratamento da informação permanente e realista pedida pelo Executivo sobre o cumprimento dos objetivos de execução de programas, projetos prioritários e ações, e a eficiência nos recursos orçamentais.

Atenta a leitura das 621 páginas podemos contestar se uma percentagem de execução orçamental, e mesmo do desempenho orçamental deveria ou não ser superior.

Que as operações de inventariação, cadastro e reconciliação dos ativos imobilizados, apesar do esforço, ainda não foi possível regularizar tudo junto da conservatória predial

Que os ativos depreciables e amortizáveis financiados, segundo os analistas, possam ter um entendimento diferente nas rubricas das demonstrações financeiras associadas.

Mas é possível, chegar a qualquer uma destas premissas, pelo nível elevado de segurança-sobre as demonstrações financeiras como um todo.

Hoje, ao analisarmos a prestação de contas de 2024, não exaltamos apenas mais um exercício concluído — celebramos uma década de rigor financeiro, de planeamento estratégico, e de autonomia orçamental conquistada com trabalho sério e responsável.

Um dado que, por si só, ilustra o caminho que trilhámos:

Em 2014, o orçamento municipal era de 16 milhões de euros. Em 2025, atingimos os 46 milhões. Um crescimento de quase 270%.

Mas este aumento não é inflacionado por circunstâncias extraordinárias ou alicerçado em dívida.

Este aumento é fruto de um percurso cuidadosamente encetado por Idanha-a-Nova, e demonstra que o progresso raramente é obra do acaso, mas sim, do resultado de um esforço contínuo e bem conseguido por este Executivo.

E, por isso o nosso foco na captação de investimento, na maximização dos fundos comunitários, na redução da despesa corrente e na manutenção do equilíbrio orçamental.

É, acima de tudo, resultado de confiança — da população, das entidades nacionais, das instituições europeias.

Para os eleitores é fundamental a componente económica e política. Fomos capazes de responder às suas necessidades através, de políticas eficazes, combatendo os desafios da interioridade e reduzindo as assimetrias regionais.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 24 DE 30-04-2025

Vejamos com mais detalhe a robustez das contas públicas municipais:

- Entre 2014 e 2024, a receita corrente cresceu 170%, reforçando a capacidade de resposta do município com meios próprios.*
- A receita de capital aumentou 770%, graças à nossa aptidão para aproveitar programas europeus e financiamento externo sem comprometer a autonomia financeira.*
- O endividamento foi sempre contido, dentro dos limites legais, e nunca se tornou obstáculo ao investimento nem à capacidade de decisão do município.*

Em 2024, fechámos o exercício com um saldo de gerência positivo de 1.094.660,26 euros, que transita para 2025, conferindo margem de manobra e resiliência financeira face a imprevistos.

Este saldo não resulta de sub execução nem de inação. Pelo contrário:

- Realizámos mais de 90 milhões de euros em investimento público nos últimos anos, de forma seletiva e eficaz.*
- Executámos mais de 10.000 pequenas intervenções por administração direta e cerca de 250 grandes obras públicas, com impacto estrutural no território.*
- E conseguimos, em simultâneo, reforçar receitas, controlar despesa e investir com inteligência. E aqui também podemos falar da economia verde*

Falar de ambiente e sustentabilidade, em Idanha-a-Nova, é falar de uma mudança profunda de paradigma. É falar de um concelho que escolheu, com coragem e visão, não seguir modas nem repetir chavões, mas sim transformar a sustentabilidade num princípio estruturante de toda a ação governativa.

Durante estes 12 anos, o Senhor Presidente deste Executivo não nos apresentou apenas projetos – apresentou-nos um novo modelo de desenvolvimento, assente na harmonia entre o território e as pessoas. Um modelo que não separa o crescimento da responsabilidade ambiental, nem a inovação da tradição.

Fomos pioneiros. Fomos o primeiro município português a constituir-se como Bio Região. E em 2023, esse caminho foi reconhecido ao mais alto nível com a distinção da Melhor Bio Região da Europa pela Comissão Europeia. Um reconhecimento que, mais do que nos orgulhar, valida aquilo que construímos em conjunto: uma estratégia verdadeira integrada, da agricultura à educação, da saúde preventiva à alimentação, da cidadania à governação participativa. É aqui que está a diferença. Não fizemos “algumas coisas” na área ambiental – redefinimos a identidade de Idanha-a-Nova em torno da sustentabilidade.

Hoje, mais de 60% da superfície agrícola útil do concelho é já em modo de produção biológica certificada.

Temos cantinas escolares e sociais com alimentos biológicos, políticas de compras públicas sustentáveis, e programas de educação ambiental ativos com escolas, seniores e empresas.

A nossa transição ecológica é visível, concreta, com resultados tangíveis. Modernizámos e estamos a modernizar a rede de abastecimento de água e saneamento, instalámos sistemas de deteção de fugas, investimos em bio trituradores e valorização de resíduos agrícolas. Reduzimos desperdício. Aproveitámos recursos. Planeámos com inteligência e responsabilidade.

E fomos mais longe: apostámos na mobilidade elétrica, na eficiência energética dos edifícios públicos, e na produção local de energia renovável, em articulação com o setor privado.

Esta visão ecológica e integradora faz de Idanha não apenas um concelho que cuida da natureza – mas um concelho onde, como tão bem foi dito, a natureza cuida das pessoas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 24 DE 30-04-2025

Este legado é notável. Não só pelos feitos, mas pela semente que deixa. Sementes que vão continuar a dar frutos muito para lá do seu mandato, porque a sustentabilidade, quando é verdadeira, enraíza-se nas práticas, nos valores e nas comunidades.

Em nome daqueles que acreditam num futuro mais verde, mais justo e mais equilibrado: obrigado por ter feito da nossa terra uma referência europeia de boas práticas. Obrigado por ter mostrado que um território rural pode ser um exemplo global.

Este percurso financeiro é um exemplo de boas práticas na administração local. Conseguimos fazer crescer o município, atrair investimento e modernizar a estrutura administrativa sem comprometer as contas públicas. Esta é uma prestação de contas que nos honra — porque reflete uma governação orientada para o futuro, com os pés bem assentes na terra.

Que fique claro: a transformação de Idanha-a-Nova não foi feita à custa de endividamento descontrolado nem de improvisação. Foi feita com rigor, com planeamento e com transparência.

É este o caminho que devemos continuar a seguir.”

Terminadas as intervenções dos senhores deputados, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para responder.

O senhor Presidente da Câmara disse “começo por agradecer aqui às nossas chefias de divisão da Câmara Municipal, que têm ido um exemplo de profissionalismo e de dedicação, e aqui muito especial dedicar à Elza, numa divisão que é muito desafiante, e quando nós crescemos de dezasseis para quarenta e seis milhões é um desafio imenso, e todo o trabalho, não só de gestão económica e financeira, mas também da gestão patrimonial e programas comunitários, que tem sido feito com resultados que passam também por uma boa articulação entre todas as divisões do município de Idanha-a-Nova.

A conta que apresentamos hoje, obviamente apresentando aqui um saldo de gerência cerca de dois milhões de euros, nunca são suficientes para o grande património que nós temos e que amortizações todos os anos elevadíssimas, e esta questão do património ainda é algo que temos de resolver, daí o organograma também vem tornar desafios maiores para refletir melhor todo o trabalho, que é imenso, do muito património que há para regularizar em todo o concelho de Idanha., mas hoje temos equipas mais capacitadas e o organograma veio-nos dar grande ajuda nesse âmbito. Temos amortizações do nosso património em cerca de quatro milhões de euros e tendo um saldo positivo de gerência em cerca de dois milhões de euros.

Falou-se aqui do relatório do ROC, e obviamente o relatório vem para conhecimento dos senhores deputados como assim determina a lei e, de facto, foi enviado ontem, data em que nós o recebemos., e o mesmo reflete algumas das limitações que temos, daí haver estas reservas, que são limitações de âmbito e que têm a ver com estes desafios que temos que fazer na Câmara Municipal de poder os ter melhor registado, quer o nosso património, quer também o exercício que vamos fazendo das nossas atividades ao longo do ano, e daí também este desafio do nosso organograma poder ser mais eficiente nos próximos anos.

Também respondendo ao senhor deputado Daniel Fonseca, o endividamento que é devido à câmara, nomeadamente na área do abastecimento de água e outros que temos, está hoje a ser articulado, exatamente entre a divisão da Elza e os nossos consultores jurídicos no sentido de termos sempre aqui uma preocupação grande, mas o problema da água é sempre um problema social, ao qual nós somos muito sensíveis. Para além de fazermos execuções fiscais,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 24 DE 30-04-2025

temos sempre um cuidado muito grande relativamente à questão da água e à questão social que representa todos os cidadãos terem água em sua casa. E, portanto, sendo uma questão sensível, a câmara também tem o dever de poder cobrar aquilo que é seu, por direito, envolvendo sempre o gabinete jurídico e o gabinete de ação social quando necessário, para poermos ajudar as pessoas com mais dificuldades neste âmbito.

Relativamente à execução, falou-se aqui sobre esta questão. O nosso orçamento quando é feito, é feito com imenso rigor e sempre me habituei, desde o tempo do engenheiro Álvaro Rocha, a termos sempre bons profissionais na nossa casa, que sempre trabalharam muitíssimo bem isto, e hoje, mais do que trabalhar bem, é muitíssimo obrigatório. Todas as nossas previsões dos orçamentos são feitas com muito rigor, assim como a prestação de contas é feita com todo o rigor. E se antes não havia ROC, hoje há ROC, mas também recorremos a serviços externos que cada vez mais as exigências das nossas contas e dos desafios que o futuro nos oferece é muito grande, e daí investimos, quer na nossa capacitação interna, quer também os serviços externos que nos ajudam a poder ter uma informação muito concreta, para ir ao encontro dos desafios permanentes que temos, e isso tem-se refletido, de facto, nos bons resultados que temos tido ao longo destes últimos doze anos. Portanto, quando apresentamos um orçamento temos uma expetativa e essa expetativa é sempre suportada em documentos que comprovam o que essa expetativa tem previsibilidade de poder acontecer, e falamos de dinheiros comunitários, de fundos do orçamento do estado, de outros financiamentos que conseguimos, nomeadamente do PRR, e que por razões de execução dos projetos, nem sempre se consegue executar na totalidade aquilo que é a nossa previsão, passando de uns anos para os outros. Mas tudo o que é apresentado, quer no orçamento, quer na apresentação de contas, é feito com o máximo rigor e devidamente acompanhado pelos nossos colaboradores da câmara, nos quais tenho muito orgulho pelo seu profissionalismo, que nos consultores externos que nos ajudam, pela exigência que estes documentos e esta prestação de contas exige, e é feita, não só porque nós o queremos, mas também por outras entidades como a Direção-Geral das Autarquias Locais e o Tribunal de Contas nos exigem permanentemente.”

Terminada a primeira volta de intervenções, o senhor Presidente da Assembleia perguntou aos senhores deputados se todas as dúvidas estavam esclarecidas ou se queria usa da palavra para uma declaração de voto.

O senhor deputado Paulo Baptista solicitou a palavra e disse “senhora chefe de divisão muito obrigado pelo trabalho desenvolvido e aqui apresentado a si e à sua equipa, o meu muito obrigado, porque as contas não enganam. A grande diferença entre a prestação de contas e o orçamento tem a ver com o facto de no orçamento nós podemos por aquilo que pretendemos fazer e a prestação de contas é aquilo que efetivamente fizemos. Quando da apresentação dos orçamentos, eu tenho sempre o cuidado de chamar à atenção para que são demasiadas otimistas, em determinadas áreas, e chamo à atenção para que haja cuidados redobrados na apresentação dos orçamentos. Isso é sempre desvalorizado porque acham que, principalmente o senhor Presidente da Câmara, tudo aquilo que vem lá previsto pode ser executado. Quando estamos perante a prestação de contas vemos que tal não acontece e que afinal tinha razão. Ficamos muito aquém, de acordo com esta prestação de contas, do orçamento apresentado. A nossa despesa corrente aproxima-se rapidamente do 80%, o investimento está reduzido a cerca de 25% do total da despesa feita e é esta a situação que apresentada como balanço final.

Naturalmente eu em função disso o meu sentido de voto será contra as contas apresentadas.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 24 DE 30-04-2025

De seguida o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Daniel Fonseca que disse “*nós colocamos esta última questão e gostávamos de a ver respondida, mas não obtivemos essa resposta, mas só fazer aqui alguns comentários, a expectativa dos documentos quando são apresentados, e de facto o senhor deputado Paulo Baptista já frisou isso, e portanto não o vou dizer, mas penso que a expectativa dos orçamentos tem sido demasiado elevadas, ao ponto de andarmos sempre aqui a ouvir dizer que, e hoje já o ouvimos dizer aqui várias vezes, dos dezasseis milhões aos quarenta e seis milhões. Os quarenta e seis milhões para 2025, porque em 2024 eram os quarenta e dois milhões e quanto a estes documentos que sustentam a receita deixaram de ser enviados nos ornamientos. Não sei porquê e por isso não acompanhamos essa sustentação da receita*

Ainda referente ao relatório do ROC como senhor disse, eles mencionam que não concordam com uma situação e não a aprovam, mas não dizem qual. Quanto ao investimento, não podemos falar em investimento em Idanha-a-Nova, e não podemos falar porque com a referência e os graus de execução com referência ao orçamento inicial, nós temos uma despesa corrente de vinte e quatro milhões, quando o inicial previa vinte e dois milhões, e temos uma despesa de capital de sete milhões quando o inicial previsto era de dezanove milhões. Portanto, não podemos falar em investimento, podemos falar em tudo menos em investimento.

Referente a esta última questão que deixei à pouco, o que é que agente vê? Vê aqui uma diminuição drástica, e lá está a tal expectativa demasiado alta que não deveria ser mencionada em orçamento, mas a ser mencionada em orçamentos deveria ser com documentos que comprovassem essa situação, e temos, por exemplo, a situação do primeiro direito e dos projetos do ITI. Foram cerca de seis milhões que não foram executados, mas foram orçamentados. E referente então a essa tal situação, eu penso que esta prestação de contas tem uma ilegalidade, e isto porquê? A prestação de contas deve ser baseada nos quarenta e dois milhões, oitocentos e sessenta e cinco. Poderia ser nos trinta e dois milhões, mas para ter sido baseada nesses trinta e dois milhões teria que ter havido uma revisão ao orçamento. De facto, houve uma primeira revisão, que até o orçamento inicial era de quarenta e um milhões e passou para quarenta e dois milhões. Para a execução ser baseada nos trinta e dois milhões deveria ter havido uma revisão e nós, assembleia, deveríamos tê-la aprovado, e eu não me recordo que esta assembleia tivesse aprovado qualquer revisão, para que o grau de execução seja perante os trinta e dois milhões e não os quarenta e dois milhões. Ou seja, temos uma boa execução, é verdade, mas está uma execução verdadeira com o orçamento planeado.

Senhor Presidente da Assembleia penso que lhe cabe a si e nós, assembleia, como órgão fiscalizador, e o senhor Presidente como entidade máxima deste órgão fiscalizador, penso que lhe cabe a si fazer chegar esta informação às entidades competentes. Caso não o faça, o Movimento para Todos irá fazê-lo. O nosso sentido de voto será contra esta prestação de contas.”

O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que disse “*antes de deixar aqui uma mensagem final, só um comentário àquilo que aqui foi dito pelo senhor deputado Daniel Fonseca. Como disse e como eu referi no início, hoje as nossas contas são fiscalizadas, pelo ROC, pelas entidades externas que temos a trabalhar connosco, pela DGAL e pelo Tribunal de Contas, e que saiba todos estes anos tudo o que é feito aqui é no cumprimento das regras e das normas contabilísticas, e, portanto, não infringimos, nem nunca tivemos nenhum relativamente a isso. Portanto, os senhores inventam ilegalidades, aliás o senhor como gestor de uma*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 24 DE 30-04-2025

autarquia, fala-se aí de algumas ilegalidades da sua parte e vamos ver o que é que isto vai dar, agora aqui cumprem-se as regras e as normas contabilísticas. Na sua autarquia isso não foi fiscalizado por nenhum ROC, mas aqui foi e o ROC o que apresenta, e que o senhor vem aqui por em causa, são dúvidas de âmbito, mas é a tal questão que nós queremos esclarecida com os regulamentos eu estamos a fazer, registar o património e são os aspetos eu nós queremos aperfeiçoar e melhorar na nossa informação contabilística.

Ao senhor fica-lhe mal vir aqui falar em ilegalidades, na sua pessoa, mas o tempo o dirá relativamente a isso, agora nós estamos à vontade relativamente a isso, porque quer O Tribunal de Contas, quer a Direção-Geral das Autarquias Locais, quer o ROC, durante estes doze anos nunca tivemos problemas e também não é este ano que vamos ter porque tudo foi muito bem feito cumprindo todas as normas legais.

Agora apresento a todos os Idanhenses este Relatório de Prestação de Contas referente ao exercício de 2024. Este é o último ano em que assumo esta responsabilidade como Presidente da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova. Após 12 anos enquanto Presidente e 12 enquanto Vice-Presidente na Câmara Municipal, encerro um ciclo com o sentimento do dever cumprido, mas com a noção clara de que o futuro que sonhámos está em marcha, ancorado em bases sólidas, resilientes e inovadoras.

Num tempo em que se pedem respostas concretas aos territórios rurais, às assimetrias e despovoamento, à urgência climática, à inclusão social, ao rejuvenescimento e envelhecimento, fomos pioneiros e fomos diferentes. Demos um passo em frente quando tantos hesitavam. Planeámos com visão, investimos com coragem, executámos com rigor. 2024: o reconhecimento europeu da Estratégia “Recomeçar”

Em 2015, lançámos a nossa Estratégia “Recomeçar” com um horizonte a 10 anos. Estávamos a sair de uma crise profunda, num país ainda marcado pela austeridade. Em Idanha-a-Nova, somou-se a crise do Grupo Espírito Santo e o desligamento das ajudas à Produção de Tabaco. Perdemos mais de 1000 Funcionários, ficando Idanha na pior posição de sempre na sua história, na Economia e na saída de população ativa do concelho. Dissemos então que Idanha-a-Nova não se resignaria. Que iríamos criar um modelo territorial de desenvolvimento, assente em quatro pilares – Idanha Green Valley, Idanha Vive, Idanha Made In e Idanha Experimenta – que respondesse às necessidades do presente e antecipasse as exigências do futuro.

Passaram-se dez anos. Em 2024, fomos distinguidos pelo URBACT da União Europeia, como uma das 116 Boas Práticas Europeias, com potencial de ser replicada em outros territórios do continente. Este reconhecimento é histórico. Ele prova que as ideias nascidas neste território rural, onde tantos vaticinavam o fim, são hoje faróis para outros. Recomeçar deixou de ser apenas uma palavra. Tornou-se um exemplo europeu. O reconhecimento obtido, confirma os números conseguidos, nestes 10 anos. Aumento de 2400%, nos seguidores das Redes Sociais, sendo em 2024, mais de 100.000, o 9.º melhor dos 308 Municípios, sendo Lisboa o 1.º. O ROI (Comunicação), do retorno obtido é calculado num valor superior a 2 milhões de Euros. Houve nestes 10 anos um crescimento sustentável da procura, sobretudo sobre as questões relacionadas com o Mundo Rural de 588%. As temáticas procuradas em Idanha, referem-se à qualidade de vida, cuidados de saúde, economia, locais turísticos e esta procura internacional cresce de 8%, para 23%, com destaque para vários Países Europeus e Americanos dos EUA.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA

ATA N.º 24 DE 30-04-2025

A mentalidade, sobre viver em Idanha, cresceu estatisticamente, nos últimos 10 anos, de forma exponencial, assim como o reconhecimento muito positivo, de Idanha, de viver, visitar e investir em Idanha. Fluxos migratórios positivos e um dos melhores municípios, no número de filhos por mulher em idade fértil.

A força dos números: mais investimento, mais vida, mais futuro

Apresentámos em 2014 um orçamento municipal de cerca de 16 milhões de euros. Em 2025, o orçamento aprovado atingiu os 46 milhões de euros. Este aumento de quase 270% é expressão de um crescimento sustentado, fruto da nossa capacidade de captar investimento, maximizar fundos comunitários, reduzir despesa corrente e manter o equilíbrio orçamental. É, acima de tudo, resultado da confiança que fomos granjeando junto da população, das instituições portuguesas e europeias.

A nossa execução orçamental fala por si:

- *Investimento superior a 90 milhões de euros em áreas estruturantes como educação, cultura, saúde, ambiente, habitação, turismo e proteção civil;*
- *A receita corrente aumentou 170%;*
- *A receita de capital aumentou 770%, com destaque para fundos comunitários e programas europeus.*
- *O endividamento foi controlado, mantendo-se nos limites legais, com o nível de endividamento em 2024, segundo a ficha do município da DGAL, mais baixo desde 2013 (15%) e sem comprometer, assim a autonomia financeira. Em 2024, houve uma redução da dívida de cerca de 47%, havendo atualmente uma margem líquida por utilizar de cerca de 12 milhões de Euros, a melhor de sempre. Recordamos que Portugal tem um endividamento, de cerca de 100% e Municípios da Beira Baixa, têm um índice de endividamento, de cerca de 200%.*
- *Mais de 10.000 pequenas obras por administração direta e cerca de 250 grandes intervenções públicas;*
- *Redução do endividamento;*

Idanha, Território de Excelência: da Bio-Região à UNESCO

Em 2024, reforçámos o nosso lugar como Território de Excelência, depois de termos sido distinguidos como a Melhor Bio-Região da Europa, em 2023, reconhecimento atribuído pela Comissão Europeia. Este prémio não distingue apenas a agricultura. Distingue um ecossistema social, ambiental, económico e cultural em que todos participam – desde os produtores locais às escolas, desde as IPSS ao comércio, desde os consumidores às entidades públicas.

A marca “Idanha” é hoje sinónimo de qualidade de vida e inovação rural. Somos o concelho com maior percentagem de área em produção biológica certificada em Portugal (mais de 60% da SAU). Somos líderes em indicadores de vitalidade empresarial e de turismo sustentável. E somos, com orgulho, um dos poucos concelhos com três classificações UNESCO:

- *Geopark Naturtejo, o primeiro de Portugal e um dos maiores da Europa;*
- *Reserva da Biosfera Transfronteiriça Tejo/Tajo Internacional;*
- *Cidade Criativa da Música, desde 2015, colocando a ruralidade portuguesa na rede criativa internacional.*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA ATA N.º 24 DE 30-04-2025

A Cultura como Identidade Viva e Motor de Desenvolvimento

Se há área onde afirmámos uma identidade irrepetível foi na cultura. O Boom Festival, a Orquestra Sem Fronteiras, a Filarmónica Idanhense, os Festivais Fora do Lugar, o Salva a Terra, a Ajidanha, a programação do Centro Cultural Raiano, a Casinha da Música, as Adufeiras, os grupos tradicionais, os cursos internacionais de música antiga – tudo isto compõe uma galeria viva de talento e afirmação.

Investimos mais de 9 milhões de euros na cultura desde 2014. Não como luxo, mas como motor de desenvolvimento económico, coesão social e afirmação internacional. E foi com esse investimento que fomos, mais uma vez, incluídos na Rede Portuguesa de Arte Contemporânea, na Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses (RTCP) e na Rede Europeia da Semana Santa, passando a integrar itinerários culturais reconhecidos pelo Conselho da Europa.

Em consequência deste investimento, Idanha-a-Nova foi destacada como um exemplo notável no Atlas Artístico e Cultural de Portugal, resultado de uma parceria entre a Direção-Geral das Artes (DGARTES) e o Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, através do Observatório Português das Atividades Culturais (OPAC).

Idanha-a-Nova destaca-se também por ter transformado o seu território num polo de inovação cultural, cruzando tradição e modernidade. Ao contrário de muitos municípios do interior, que enfrentam dificuldades no acesso e na dinamização cultural, Idanha-a-Nova conseguiu preservar e revitalizar as suas tradições musicais, como o toque do adufe e as festividades tradicionais, atraindo visibilidade internacional.

O Atlas conclui que Idanha-a-Nova é um exemplo de boas práticas culturais em Portugal, que equilibra a preservação do património imaterial com inovação. Caracteriza também Idanha-a-Nova como um exemplo inspirador de territórios de baixa densidade que podem desenvolver uma oferta cultural robusta e sustentável, competindo com os grandes centros urbanos e mostrando que a coesão territorial e a descentralização cultural são caminhos viáveis para o desenvolvimento.

20 Anos de Serviço Público, Uma Vida de Compromisso

Assumir este último ano de mandato é, para mim, mais do que um ponto final: é o coroar de um projeto coletivo de transformação. Tudo o que conseguimos foi graças a uma comunidade extraordinária. A todos os colaboradores da autarquia, às juntas de freguesia, às associações, às empresas, aos parceiros nacionais e internacionais, às instituições e, acima de tudo, aos cidadãos – o meu mais profundo agradecimento.

Nestes 20 anos, não fizemos tudo, mas abrimos caminhos. Mostrámos que a interioridade pode ser centralidade, que a tradição pode ser inovação, que um território rural pode ser uma marca global.

Chegámos assim ao fim de um ciclo. Um ciclo de 12 anos ao serviço do povo de Idanha-a-Nova, enquanto Presidente da Câmara Municipal e de 12 anos enquanto Vice-Presidente. Um ciclo de entrega, de trabalho constante, de projetos tornados realidade.

Assumo esta despedida com a serenidade de quem deu tudo o que tinha, com a tranquilidade de quem cumpriu os mandatos que o povo lhe confiou e com o orgulho de ter contribuído para transformar profundamente a identidade e o rumo do nosso território.

Nestes 12 anos:

Tirámos Idanha do mapa do esquecimento e colocámo-la na agenda nacional e europeia.

Erguemos um projeto de desenvolvimento sustentável, que parte da tradição para abraçar o futuro.

Criámos esperança onde antes havia resignação.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 24 DE 30-04-2025

Inovámos sem perder raízes.

Recomeçámos.

Recebemos mais de 30 distinções nacionais e internacionais, incluindo a da Comissão Europeia e do URBACT, que validam a nossa estratégia. Mas o verdadeiro reconhecimento está na confiança das pessoas, na valorização da nossa cultura, na recuperação da autoestima coletiva, no sorriso das crianças que têm creche gratuita, no conforto de um idoso com acesso à saúde sem sair da aldeia.

Este mandato não foi apenas uma prestação de contas. Foi uma prestação de investimentos, de conquistas, de responsabilidade social e ambiental.

Se algo Idanha me ensinou foi que governar é cuidar. Cuidar da terra e das suas gentes. Cuidar da memória e do futuro. Cuidar do que é pequeno e fazer dele grande.

Em breve deixo a presidência da Câmara Municipal com gratidão profunda: Aos dirigentes e colaboradores da autarquia, que foram o motor desta transformação;

Aos vereadores e colaboradores do Gabinete de Apoio Pessoal que na minha Gestão me acompanharam;

Ao Eng. Álvaro Rocha e todos os vereadores com quem ele geriu durante 12 anos a Gestão Camarária;

Às Juntas de Freguesia, parceiros imprescindíveis de proximidade;

Às associações culturais, sociais e desportivas, que mantêm viva a alma de Idanha;

Aos empresários, agricultores, investigadores, técnicos e artistas que escolheram acreditar connosco;

Às crianças, aos jovens, aos seniores, aos novos Idanhenses que chegaram de outras terras - todos ajudaram a escrever esta história;

À minha família, esposa e filhos e restantes membros, bem como aos meus amigos, pelo seu apoio incondicional;

O futuro de Idanha está seguro. Está traçado num Plano Diretor Municipal com visão. Está enraizado em políticas sólidas, inovadoras e premiadas. Está, sobretudo, nas mãos e no coração de uma comunidade que sabe quem é e para onde vai.

Vou continuar, como cidadão, a estar presente, a apoiar e a acreditar. Porque o amor que tenho por Idanha não cabe num cargo. É para a vida.

Aos que vierem depois de mim: tratem bem desta terra. Ela é única. E o que aqui se construiu é raro, precioso e inspirador. Continuem. Inovem. Protejam. Façam diferente, mas nunca deixem de fazer com alma.

Aos Idanhenses:

Obrigado pela confiança, pela exigência, pela crítica construtiva e pelo carinho.”

Terminada a intervenção do senhor Presidente, o senhor deputado Daniel Fonseca solicitou a palavra para defesa da honra e disse “o senhor Presidente da Câmara já é a segunda vez que põe aqui em causa atos que executei enquanto Presidente da Junta de Freguesia. A primeira vez não valorizei, muito sinceramente, se depois deu naquilo que deu, e vem agora numa segunda vez, para sua defesa de uma resposta que o não conseguiu fazer, mas provavelmente mais valia dizer aqui o que está em causa, e o que está em causa, são concursos públicos que foram feitos com toda a legalidade na Junta de Freguesia, que eu estou perfeitamente tranquilo, que o senhor apoiou e que o senhor sabe como foram feitos baseados em pareceres jurídicos e pareceres com empresas de assessoria. Isto é que o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Zebreira que me substituiu também sabe perfeitamente isso.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 24 DE 30-04-2025

Portanto, o senhor sabe isso perfeitamente, que o senhor apoiou, e quando começou a surgir, fosse o mínimo problema, o senhor também soube quais eram os problemas que estavam, mas agora dá jeito levantar essas suspeitas. Dá jeito agora, porque são processos que chegaram na transição da Junta de Freguesia e nós, enquanto Junta de Freguesia saberemos muito bem fazer a nossa defesa, e penso que a Junta de Freguesia atual também a faça, porque eu e o executivo que estava comigo, já nos disponibilizámos de ajudar nessa defesa.

Portanto, dá jeito levantar essas suspeitas? Dá, mas não é correto, não +e digno da sua parte levantar essas suspeitas.”

Para responder, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que disse “o senhor é que veio falar em ilegalidades, quando demonstrámos aqui que as normas contabilísticas são aplicadas com todo o rigor, e fiscalizadas por Revisor Oficial de Contas, pela DGAL e pelo Tribunal de Contas. Portanto, as suas suspeitas, que são suspeitas e que saíram na comunicação social, são suas e não sei se foram verdade, a Câmara Municipal apoiou, como apoia muitas outras iniciativas no concelho de Idanha. Agora as suspeitas aí estão, se são verdade ou não, futuro o dirá. Portanto, o senhor é que veio aqui falar em ilegalidades e já expliquei e já demonstramos aqui, que não há ilegalidades aqui e explicamos porquê, a não ser que o senhor ponha em causa todos os funcionários da câmara, a divisão financeira da câmara, a DGAL o Tribunal de Contas, o ROC e todas as pessoas envolvidas nisto durante estes doze anos.”

Terminada a discussão deste ponto da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa à **PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2024**, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e oito;

Votos em contra: seis – Américo André, Daniel Fonseca, Sónia Nunes, Paulo Rodrigues, Joaquim Laranjo e Paulo Baptista;

Votos de abstenção: um – Hugo Rego

Votos a favor: vinte e um

Em face deste resultado a proposta apresentada pela Câmara Municipal foi aprovada por MAIORIA

O senhor Presidente da Mesa solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação

“FOI DELIBERADO POR MAIORIA, COM SEIS VOTOS EM CONTRA, UM VOTO DE ABSTENÇÃO E VINTE E UM VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2024.”

Terminada a discussão dos assuntos da Ordem do Dia, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em cumprimento do estipulado regimentalmente perguntou se alguém do público queria usar da palavra.

Não se verificou qualquer pedido de intervenção por parte do público.

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida e achada conforme, vai ser assinada pelos membros da Mesa.